



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0250/11	DATA: 12/04/2011
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 18h29min	DURAÇÃO: 03h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h56min	PÁGINAS: 79	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Anúncio de recebimento de expedientes. Comunicação sobre agendamento de encontros da Comissão e debate sobre financiamento de campanha.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da 9ª reunião ordinária, realizada no último dia 7 de abril. Não há número regimental para deliberação. Submeterei a ata a discussão e deliberação posteriormente, durante o trâmite normal desta reunião.

Comunico que foi recebido o seguinte expediente: Justificativa de ausência do Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo, à reunião do dia 29 de março próximo passado, por encontrar-se em reunião da liderança de seu partido.

Comunico ao Plenário que já se encontram agendados encontros regionais nos cinco primeiros Estados integrantes de cada uma das regiões: no dia 29 de abril, sexta-feira, no Estado de Goiás, na Capital, Goiânia; no dia 2 de maio, segunda-feira, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; no dia 6 de maio, sexta-feira, em São Paulo, na capital; no dia 9 de maio, segunda-feira — devo estabelecer ainda confirmação com Parlamentares desse Estado —, no Pará; no dia 13 de maio, sexta-feira, no Estado de Sergipe, em Aracaju. Portanto, um Estado por região, conforme requerimento aprovado. Porém, como pretendemos dedicar o mês de maio, as sextas-feiras e as segundas-feiras, às conferências estaduais, devemos aprovar outro requerimento. Embora previamente já combinado com a Secretaria desta Comissão, nós temos para o dia 16, segunda-feira, na Paraíba, em João Pessoa; no dia 20, Rio de Janeiro, uma sexta-feira; no dia 27 de maio, uma sexta-feira, no Paraná.

Temos a designar Belo Horizonte, em Minas Gerais, além de outros Estados, ainda no mês de maio.

Vamos fazer apenas aqui uma consulta ao nosso calendário. *(Pausa.)*

Temos o dia 23

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Amapá reivindica, por intermédio do Senador que o representa, audiência pública lá nessa data. S.Exa. integra a Frente Parlamentar pela Reforma Política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Temos de preencher aqueles que já foram objeto de requerimento.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Então, temos o dia 23 e o dia 30 — dia 23, Minas Gerais, e dia 30, Bahía, em Salvador.

Particularmente, entendo que, embora estabelecido esse período que se inicia no dia 29 de abril e se estende por todo o mês de maio, não há nenhum impedimento para prolongarmos pelo mês de junho. Não devemos nos esquecer de que temos até o mês de agosto. A nossa Comissão tem prazo de 6 meses. Iniciados os trabalhos, salvo engano, no dia 2 de março, portanto, temos até o dia 2 de setembro. Quer dizer, até o final de agosto.

Então, podemos realizar, sim, no mês de junho, de modo a atendermos outros Estados.

Feita essa comunicação, passo à Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para iniciarmos o debate sobre financiamento de campanhas, que é o nosso segundo item de temas para debate.

A sistemática será exatamente a mesma da sessão anterior, na qual discutimos sistema eleitoral. Embora o debate sobre o sistema eleitoral tenha sido iniciado com a exposição dos diversos sistemas, para depois do debate, em se tratando de financiamento de campanha, existe o público, o privado — o existente — ou o misto. Não há necessidade de uma exposição sobre isso. Iniciaremos de imediato o debate, obedecendo, evidentemente, a lista de inscritos.

Quero informar ao Plenário do compromisso desta Presidência para com alguns Parlamentares no final da sessão anterior. Em razão da Ordem do Dia no plenário e da votação nominal, alguns foram inscritos e não puderam falar. Portanto, concederemos a palavra a eles e aos demais inscritos na sessão de hoje. Àqueles que estiverem presentes e pediram a palavra na sessão anterior, vamos conceder a palavra, evidentemente, dentro do tema *financiamento de campanha*.

Comunico ao Plenário que fui convocado pela Liderança do meu partido para uma reunião neste momento. Os Vice-Presidentes também terão de se ausentar. Portanto, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Henrique Fontana, que vai acumular a função de Relator no início deste debate. Tão logo concluída a minha reunião na Liderança do PMDB, retornarei.



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento. O calendário que foi anunciado por V.Exa. está formalizado? Nós podemos comunicar e articular com as Assembleias Legislativas nos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Elaboraremos apenas um requerimento, e a Mesa ou mesmo V.Exa. poderão se encarregar disso, para, na próxima quinta-feira, deliberarmos sobre um requerimento complementar ao anterior, porque este havia previsto apenas um Estado por cada região. Mas, por amor ao debate e por entender que este deve ser o mais amplo e profundo possível, devendo correr o País, é evidente que nós temos de ampliar — não apenas cinco. Tanto que, em relação aos já arrolados, há um compromisso prévio da Mesa com os Srs. Parlamentares, inclusive com o Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Claro. Podemos fazer isso para dar uma garantia. Mas há um requerimento já aprovado propondo a realização da audiência pública no Estado da Bahia. Primeiro, houve um para cinco regiões e alguns que já foram deliberados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de me ausentar, volto a informar aos Srs. Parlamentares, já que há número regimental para deliberar, que foi distribuída a cópia da ata da 9ª reunião ordinária realizada no último dia 7 de abril.

Eu solicito ao Plenário a dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada a leitura da ata e a submeto à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, vamos à deliberação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passo, portanto, a Presidência ao nobre Deputado Relator Henrique Fontana até que se conclua a reunião na Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Boa tarde.

Cumprimento todos os nossos colegas de Comissão, a imprensa e a assessoria que acompanham mais uma sessão para o debate sobre a reforma política.



Como o tema hoje é para debate entre nós Parlamentares, vou passar imediatamente à lista de inscrições.

Como, na semana passada, alguns acabaram por não conseguir se expressar — é evidente que a Mesa não vai usar um recurso ultrarrigoroso —, se houver anuência de todos, nós estenderemos o tempo por 1 minuto, mas vamos tentar nos manter dentro dos 5 minutos, para que todos os inscritos possam usar da palavra. Preferencialmente, o debate de hoje é sobre sistema de financiamento, mas é óbvio que os Parlamentares estão livres para abordar os assuntos que entenderem de maior relevância sobre a reforma política.

O primeiro inscrito é o Deputado Ivan Valente, e o segundo é o Deputado Alfredo Sirkis.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu queria dizer que talvez este seja o tema mais importante do debate da reforma política. Tenho certeza de que, resolvida a questão do financiamento de campanha, será desenrolado o restante.

Então, já quero dizer de cara que o PSOL defende o financiamento público e exclusivo de campanha, com punições para doadores e receptores — punições rigorosas. Ainda defendemos o sistema proporcional e a lista fechada flexível. Esta é a nossa linha geral.

Também não nos parece possível que se estabeleça um sistema político com financiamento público. Uma outra forma seria artificial. A forma viável é o sistema proporcional, a lista partidária nominal, ou seja, feita pelos partidos, e a flexibilidade para se fazer uma transição.

Por que o financiamento público? Eu queria dizer que nós temos clareza da seguinte questão: o uso do poder econômico atropela qualquer processo democrático. A distorção no financiamento de campanha, particularmente nesse sistema em que as pessoas podem gastar o quanto quiserem, gera enorme distorção na democracia, atropela a ética, estabelece uma competição violenta e acaba com a discussão programática na sociedade brasileira. Na nossa opinião, a consequência disso é a compra de votos, a compra de cabos eleitorais, a compra de marqueteiros.



É incontrolável o atual sistema de financiamento. Não há como ter controle a não ser pela repressão, ou seja, pela proibição. Não existe sistema misto.

Há aqui o seguinte problema: existe o declarado e o caixa dois. Caixa dois é crime, que cabe ao Ministério Público e à Polícia investigar. A questão é que o financiamento tem de ser feito aos partidos políticos, que deverão utilizar os recursos para fazer a campanha de seus candidatos. É disso que se trata. A campanha feita assim é muito mais barata que a campanha feita pelo sistema privado. Além do mais, ela aponta no sentido de acabar com a corrupção, porque o problema do financiamento não é somente a eleição, é o pós-eleitoral.

Ora, o candidato governante ou Parlamentar financiados por grande corporação, banco ou empreiteira vão estar sujeitos, depois, a imensa pressão. Por exemplo, se for Parlamentar, ele vai estar numa Comissão da Câmara dos Deputados, votando questões de interesses outros. Pode ser a Comissão de Minas de Energia, sobre a qual *O Estado de S. Paulo* fez uma matéria outro dia, ou qualquer uma, como a de Seguridade Social ou a de Educação. Quem foi financiado por plano privado, escola privada ou empreiteira vai estar votando, no Plenário ou nas Comissões, questões que conflitem com interesses públicos, da sociedade brasileira e do Brasil. É evidente isso.

Apenas não entendo como a nossa mídia consegue fazer tanta propaganda e denunciar tanta corrupção, mas não publica nenhum editorial de jornal defendendo o financiamento público exclusivo e o fim da corrupção, porque esse é o caminho. Isso não quer dizer que vai acabar, nem que a reforma política é a panaceia para todos os males, mas nós precisamos dar passos.

Então, quanto a essa questão do financiamento público, nós debatemos em qualquer hora e lugar. E tem mais: eu quero dizer aos Deputados, às Deputadas, aos governantes brasileiros que, se nós fizermos uma campanha na rua, olho no olho do eleitor — isso que o Parlamentar tem que fazer —, não haverá, depois, problema algum.

Agora, se o cidadão contrata dez mil cabos eleitorais — que já é a compra de voto dele, de sua família e mais — e o marqueteiro, quem vai fazer a programação, ele nem vai sair do gabinete para fazer campanha, nem tem preocupação em debater programas. Está associada ao sistema proporcional a lista partidária,



porque, em vez de milhares de candidatos, tem-se algumas dezenas de programas para debater.

Eu só defendo a lista flexível como na Bélgica, porque acho que nós temos de fazer uma transição para o fortalecimento dos partidos, o respeito ao eleitor e a mudança de mentalidade do eleitor. Agora, manter o financiamento privado ou misto... Não existe financiamento misto. Para mim, não existe isso. Ou o financiamento é público — e ele sai mais barato —, ou, então, não haverá eleições democráticas, e a ética na política estará prejudicada de alguma forma, porque o sistema como um todo induz a interesses materiais, induz a que interesses de corporações e do poder econômico passem a comandar a política governamental e a política dentro do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Para concluir Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Talvez essa seja a possibilidade de fazer uma revolução na política brasileira. Financiamento público exclusivo, com punição para doadores e receptores, com garantia de maior igualdade entre os concorrentes, os candidatos e os partidos políticos.

Esta talvez seja a única questão central que delimitaria todo o debate sobre a reforma política: fim do uso do poder econômico sobre o processo de representação política na Nação brasileira. Essa é a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Ivan Valente, que expressou a sua opinião.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que devemos buscar uma solução que, de fato, seja viável dentro das correlações de forças que se produzem no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e também no âmbito da opinião pública.

Eu já falei aqui que sou favorável ao voto em lista e ao financiamento público exclusivo. Penso, no entanto, que, no seu estado puro, nenhuma dessas duas opções teria condições hoje de se consagrar. Claro que podemos aparecer muito bem defendendo-as, mas, se queremos, de fato, melhorar o sistema político brasileiro, entendemos que essa é uma melhoria que não será radical, porque não escapa à correlação de forças vigentes.



O fato é que o atual Congresso foi eleito, primeiro, pelo voto proporcional “jabuticaba”, o voto que só tem no Brasil, em que se vota no indivíduo e não nas ideias, nos programas ou nos partidos. Por outro lado, encontra-se dentro de um sistema de financiamento privado da campanha que é simplesmente alucinante.

Na verdade, as grandes máquinas e as campanhas mais bem cevadas, eu diria assim, são aquelas feitas com financiamento que, inclusive, escapa completamente ao período eleitoral. São tesouros de guerra amealhados em processos licitatórios, de cartas marcadas, em processos de licenciamentos corruptos, em processos administrativos irregulares, que permitem a determinados políticos ter um verdadeiro tesouro de guerra. Assim, quando entram na campanha política, já entram com um enorme poderio, em uma condição de completa desigualdade em relação àquelas pessoas que respeitam, de fato, as regras do jogo.

Por outro lado, no nosso financiamento, existe o financiamento de pessoa física, que se dá em alguns casos, mas é fundamentalmente de pessoa jurídica, só que de pessoas jurídicas empresas. Não há possibilidade, como em outros países, de sindicatos, associações de classe, organizações não governamentais defenderem seus interesses específicos e financiarem seus candidatos. Por que é que, entre pessoas jurídicas, apenas as empresas podem participar do financiamento? De fato, o nosso sistema é o pior possível.

Tenho defendido aqui a ideia do voto distrital misto plurinominal: metade seria eleita pela lista, e neste caso não há problema em que a lista tenha exclusivamente financiamento público, e a outra metade pelo voto majoritário. Para esta metade que seria eleita pelo voto majoritário eu tenho apresentado algumas opções. Aquela que é mais do meu agrado seria a dos grandes distritos, seria podermos dividir os Estados com mais de 8 Deputados Federais em distritos que elessem cada um deles de 8 a 12 Deputados Federais e o número que fosse proporcional de Deputados Estaduais.

Para financiar esse componente majoritário do voto distrital misto plurinominal que estou propondo, acho que de fato teríamos de ter um sistema misto. A minha proposta inicial, evidentemente aberta a críticas, a discussões, seria, por um lado, exclusivamente com o fim de financiar candidatos ao pleito majoritário, que os partidos, obedecido um limite rígido previamente definido por lei, e não o limite



declarado em período eleitoral pelo partido, pudessem receber financiamento de pessoa física, de empresa, de órgãos de representação de classe e de organizações não governamentais.

Por outro lado, digamos que o distrito eleitoral em questão tivesse oito vagas. Acho que cada partido poderia apresentar oito candidatos e teria de repartir esse recurso equanimemente entre os oito candidatos. A única coisa que os candidatos poderiam individualmente arrecadar, numa conta em separado, seriam doações de pessoas físicas, inclusive por Internet.

Essa é a minha ideia inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, eu considero que o financiamento público se faz necessário principalmente para salvar a democracia representativa e o próprio Poder Legislativo, porque, da forma como nos encontramos, e tendo em vista as perspectivas de maior participação ainda do setor privado no financiamento das campanhas eleitorais, a sociedade não se sente representada nos Parlamentos e neste Congresso Nacional.

É evidente que o financiamento privado prejudica, ou quase que impede a independência dos candidatos. Os candidatos que se veem financiados pela iniciativa privada acabam naturalmente se comprometendo com os interesses dos financiadores, retirando de si a independência, que consideramos condição imprescindível para o exercício da representatividade no Parlamento.

Portanto, consideramos, em primeiro lugar, que o financiamento público é fundamental para que a sociedade se sinta representada nos Parlamentos, de uma forma geral, e, mais do que isso, que possamos, ao impedir essa participação progressiva e crescente do financiamento privado, garantir a independência dos candidatos para que façam a representação dos interesses da sociedade como um todo, ainda que tenhamos evidentemente a representação de todos os segmentos da sociedade. Infelizmente, a sociedade está reclamando por reforma, ou seja, reformar a forma de fazer política, de exercitar a política, exatamente porque



progressivamente se vê afastada ou dificultada a sua participação na vida política do País.

Por outro lado, o financiamento público, além de permitir a independência do candidato, também vai permitir o princípio da igualdade no processo de candidaturas. É imprescindível que tenhamos no Parlamento brasileiro, de uma forma geral, Câmara de Vereadores, Assembleias e também aqui no Congresso Nacional, a possibilidade de qualquer cidadão brasileiro, independente da sua condição social, candidatar-se, ser eleito e fazer a representação no Parlamento.

Sr. Presidente, para concluir, respeitando o tempo estabelecido por V.Exa., é fundamental e imprescindível que o financiamento possa realmente permitir que a eleição dos candidatos se dê pela sua capacidade de convencimento na apresentação de propostas e também do programa partidário. Sem dúvida nenhuma, o financiamento público vai permitir o fortalecimento da organização partidária no País e principalmente debelar esse mal maior que representa a corrupção eleitoral por meio do caixa dois.

Por tudo isso, defendemos intransigentemente o financiamento público como mecanismo indispensável à ampliação da democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

Com a palavra o Deputado e ex-Governador Newton Cardoso.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo aqui defendendo a posição do Deputado Ivan Valente, quando defende S.Exa. o financiamento público. Por que o financiamento público? Este Congresso tem muita cara da Odebrecht, da Camargo Corrêa, das empresas que financiaram os Deputados Federais e Estaduais e Senadores. A meu ver, esses Deputados que receberam vultosas quantias dessas empreiteiras não têm autoridade para denunciar ou abrir aqui uma CPI contra as empreiteiras. Eu acho que hoje já financiamos muito na televisão, por intermédio dos horários e do público. É natural, nós precisamos continuar com isso, ou seja, financiar por meio do dinheiro público.

Quero fazer aqui um apelo à Comissão. Esse apelo é porque...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Newton Cardoso, só um minuto. Eu queria fazer um apelo aqui ao Plenário como um todo. Nós somos muitos aqui. As pequenas conversas de cada um estão dando um somatório meio forte para podermos ouvir com toda atenção o Deputado que está usando a palavra.

Com a palavra o Deputado Newton Cardoso.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço um apelo à Comissão. Esta Comissão está sendo vista pelo Brasil inteiro. Em Minas, há um movimento para se fazer o recolhimento, como se fez no Ficha Suja, de assinatura de 2 milhões de pessoas para a reforma política. Nós estamos agora na 10ª reunião e pouco avançamos com relação a decisões deste Plenário. O que eu vejo aqui é uma Comissão, no início, com muita gente, e, agora, com pouca gente.

Em alguns momentos a imprensa fala que vamos aprovar a reforma política em 6 meses; em outros duvida disso. Apelo para os Srs. Deputados — e aqui temos Deputados selecionados de cada partido — no sentido de fazermos uma armadura dessa reforma política. Está na hora exata de, respeitando as posições do Deputado Miro Teixeira, que fala em plebiscito... Deputado Miro, nós somos pelo plebiscito, fomos votados para isso. Fala-se aqui em metade de mulheres — respeito muito as mulheres. Há um ditado chinês que diz assim: “Não apresse o rio, ele corre sozinho.” O número de mulheres aqui aumenta a cada dia que passa, com muita honra para todos nós. Não temos que nos preocupar com esses penduricalhos. Nossa preocupação deve ser realmente o cerne da reforma política.

Devemos procurar entendimento entre o PT, que com relação à reforma tem a posição tendente à lista fechada, e o PMDB, que na sua grande maioria propõe o distrito. Devemos procurar entendimento, Sr. Presidente, entre o PT, o PMDB e outros partidos, para conseguirmos andar com essa reforma política. Não estamos andando nada. Infelizmente, estamos ainda no início dessa discussão. Há muita discussão estéril. Estou aqui desde o início e percebo que não estamos ainda formatando essa reforma política. O Senado adiantou muito.



Houve uma confusão muito grande: chegamos aos Estados — e tenho sido convidado para falar sobre reforma política — e nada falamos, pois não temos nada resolvido, não pensamos em nada. Estamos ainda nos prognósticos.

Por tudo isso, chegou a hora exata de nos reunirmos e pensar que o Brasil todo está olhando para nós. Sem nenhuma metáfora, a alma nacional está vendo esta Comissão. Existe um movimento nacional para a reforma política, e andamos muito pouco. Não podemos frustrar toda a Nação com relação a isso.

Apelo no sentido de que V.Exa., como Relator, homem competente, a cada dia comece a formatar essa reforma política. Precisamos fazer pequenos grupos e tentar fazer uma armadura dessa reforma política. Essa é a minha ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Newton Cardoso.

Com a palavra o Deputado José Guimarães, representante do Partido dos Trabalhadores do Ceará.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente e Sr. Relator, vou fazer algumas observações, consubstanciadas na posição de nosso partido nesta Casa sobre a reforma.

Preliminarmente, digo que o PT não quer a reforma para si mesmo, até porque o PT, com o atual modelo, cresceu substancialmente em nosso País. Começamos com 8 Deputados e já somos 89. Essa preliminar é importante para não se passar a ideia de que os dois maiores partidos querem, cada um, a reforma que melhor lhes interessa. Para nós do PT, nobre Relator, companheiro do PT, a reforma precisa ser feita porque interessa à democracia brasileira.

Ao falar em democracia, associaremos imediatamente a questão do fortalecimento dos partidos. Não há democracia forte sem fortalecimento dos partidos. Portanto, a reforma tem que primar por este postulado: que a reforma que fizermos interesse à democracia e vise ao fortalecimento dos partidos. Partido forte, meus caros colegas Deputados, é identidade programática com o eleitor. Partidos nacionais consolidados é estabelecimento de relação do eleitor com o programa partidário.



Portanto, nobre Relator, esta é a primeira questão que desejo levantar e socializar com os meus pares: a reforma que o PT defende não se presta a servir aos interesses do PT, até porque, repito, este modelo atual foi bom para o PT.

Há uma segunda questão: o financiamento público de campanhas. O sistema eleitoral brasileiro atual tem virtudes, mas também vícios e distorções. Qual é o objetivo do financiamento público? Corrigir as distorções, purificar a vida partidária brasileira, inibir a formação dos famosos caixas dois, inibir aquilo que parece senso comum: *“Você faz, eu invento que não faz.”* Precisamos do financiamento público porque é uma necessidade para o fortalecimento dos partidos e da democracia. Não temos como inibir o caixa dois e não temos como interditar o processo da influência do poder econômico nas eleições sem o financiamento público.

Relator, penso mesmo que para nós do PT o financiamento público tem que ser a âncora dessa reforma, a coluna vertebral da reforma. A partir disso, negociaremos com o conjunto desta Comissão.

Somos favoráveis ao voto em lista, porque financiamento é igual a voto em lista e vice-versa. Uma coisa está muito associada a outra, mas o PT também não quer impor a sua vontade majoritária nesta Comissão. Temos que avançar e verificar o que é possível construirmos de consenso, não a proposta que atenda a esse ou àquele partido, mas aquilo que atende ao País como um todo, partindo do financiamento público até uma forma híbrida que garanta a lista, mas não como uma imposição, até para não tirarmos do eleitor totalmente aquela relação que ele tem com o candidato.

Se trabalharmos bem, penso que desta Comissão sairá algo pelo menos mais avançado, desde que envolvamos a sociedade nos debates, como temos procurado fazer aqui. Contudo, temos que caminhar para alguns consensos. Se esta Comissão decidir majoritariamente que o financiamento público é a preliminar, já avançaremos. Em seguida, discutem-se as outras formas. Como ficará o voto? Valerá a lista ou vamos negociar alguma coisa?

Esta Comissão deveria oferecer ao País o seguinte: *“Queremos interditar esse processo da alta influência do poder econômico nas eleições, e não faremos isso sem financiamento público. Não há como se coibir esse processo, se não*



aprovarmos o financiamento público de campanha como ponto central da reforma nesta Comissão.”

Ontem o Deputado Ricardo Berzoini esteve no meu Estado, Ceará, onde fizemos um belo debate sobre a reforma política do País, sobre aquelas questões que são centrais para o PT.

Precisamos avançar. Acho que devemos avançar, meus caros Deputados — e já estivemos conversando com alguns partidos —, naquilo em que há mais consenso entre nós. Se é possível fazê-lo em relação ao voto em lista preordenado e fechado, como quer o PT, vamos avançar nas negociações.

Contudo, há um assunto inegociável para nós do PT: o financiamento público. Isso é ponto central. Parece-me que deveria ser a âncora da reforma que estamos discutindo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado José Guimarães.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daniel Almeida.

Em seguida, falarão o Deputado Reguffe e o Relator.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente e Sr. Relator, o PCdoB tem posição em relação a esse tema, posição que temos anunciado nesta Comissão, em defesa do financiamento exclusivamente público. Esta é a nossa opinião. Penso que devemos fazer o grande esforço de debater com a sociedade as vantagens que temos com o financiamento público.

E penso que ele deve ser exclusivamente público, deve valer para todos os níveis, para todas as disputas eleitorais. Sabemos que isso pode suscitar debates e dúvidas. Temos que levar em conta a correlação de forças na sociedade e no Congresso Nacional. Por isso mesmo, devemos buscar caminhos para a aplicação desse financiamento público, talvez escalonar a sua aplicação e verificar qual é o melhor mecanismo para aplicação desse modelo de financiamento.

Todos identificamos, nós que disputamos eleição há muito tempo, que esse modelo de financiamento corrompe e deturpa todo o processo eleitoral. Muita gente não entra na disputa eleitoral porque não se sente em condições de mobilizar recursos ou não está disposta a fazer a mobilização de recurso no modelo que



conhecemos. As campanhas ficam mais caras. Há um processo antidemocrático. Não se preserva o princípio mínimo de igualdade na disputa eleitoral.

Sei da dificuldade de encontrarmos consenso quanto a esse sistema, mas temos de buscar um caminho que nos aproxime. Defendo a tese de que devemos partir de algo que signifique o esqueleto desse processo, ou a âncora, como alguns disseram. Parece que o financiamento permite isso. Acho que há um consenso razoável de que o financiamento pode ser misto. Deveríamos discutir algo com maiores possibilidades de dar certo.

Abrindo o financiamento público misto, podemos estar deixando uma porta aberta para mecanismos que permitem o caixa dois, que permitam o ambiente de corrupção que tantas vezes tem sido anunciado e denunciado nos processos eleitorais. Ouço muita gente dizer: *“Se vocês fizerem o financiamento público, como fiscalizarão o caixa dois? Quem garantirá que o caixa dois não vai continuar a acontecer?”* Penso que o financiamento público traz enormes vantagens também para a fiscalização do processo eleitoral. Se há uma única fonte de financiamento, e se toda a sociedade está atenta ao que recebeu cada partido, num nível de igualdade, é muito fácil fazer a fiscalização. Portanto, esse é um mecanismo eficiente também para inibir aqueles que imaginam poder continuar na ilegalidade, fraudando o processo eleitoral e descumprindo a lei. E é óbvio que, aprovando o financiamento público, podemos adotar mecanismos mais rigorosos, penas mais rigorosas para os que insistirem em não cumprir a lei. Por isso, penso que o financiamento público é elemento central.

Por essa razão, muito mais do que por outras, nós defendemos a lista preordenada. Achamos que ela fortalece os partidos políticos, fortalece o debate programático, que é fundamental, mas também, e principalmente, porque a lista preordenada é um mecanismo que se adapta melhor ao financiamento público.

Por essa razão, defendemos também a lista preordenada, e com alternância de gênero, conforme já anunciamos. Essa é uma decisão que o nosso partido já formulou. É a nossa posição, nobre Presidente, nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Vicente Arruda.



O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não, Deputado, vamos inscrever V.Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, esta é a minha posição sobre o tema: sou defensor do financiamento exclusivamente público de campanha. Caso se pretenda financiamento misto, ainda prefiro que seja privado. O financiamento exclusivamente público vai corrigir uma série de injustiças que existem em nosso sistema.

Fiz um estudo sobre o financiamento em alguns países e observei que muitos adotam o financiamento misto: a França, a Itália, o Canadá e a própria Alemanha, onde dinheiro privado é posto em campanha, com dedução no pagamento de impostos. Agora, o financiamento misto não resolveria os problemas. Continuariam todas as mazelas do atual sistema. Além disso, não haverá o que de bom tem o sistema público.

Portanto, sou defensor do sistema exclusivamente público de campanha. É um sistema que dá igualdade de condições aos candidatos, porque não é democrático um sistema em que um entra com grande quantidade de recursos, e o outro tem a estrutura de sua campanha mais modesta. Já não é uma campanha igual. O financiamento público de campanha vai tornar a política mais acessível ao cidadão comum.

Hoje nós temos um sistema no qual quem ganha, muitas vezes, não é quem tem as melhores propostas e melhores ideias. Às vezes quem ganha é quem tem mais para gastar, é quem contrata muitos cabos eleitorais, o que é uma compra de votos de forma indireta.

Na minha opinião, Sr. Presidente, o financiamento deveria ser exclusivamente público. Seria o dinheiro mais bem investido da nossa história. Haveria caixa dois? Haveria corrupção? Provavelmente haveria, e em qualquer lugar do mundo, mas o que não pode haver é impunidade. Tem de haver fiscalização e punição para quem sair do que é previsto pela legislação.



A minha proposta de financiamento exclusivamente público, Sr. Presidente, é um pouco diferente da que está sendo discutida. Na minha opinião, se simplesmente dermos o dinheiro para os partidos ou para os candidatos, vai haver gente sendo candidato só para ganhar dinheiro, vai haver gente criando partido só para ganhar dinheiro em campanha.

Penso que a Justiça Eleitoral poderia fazer licitações e entregar o material de campanha diretamente para os candidatos e para os partidos. Por exemplo, se um Estado tem eleição para o ocupante do Poder Executivo, para Senador, para Deputado Federal e para Deputado Estadual, faz uma licitação para quatro vencedores de gráfica: um vai imprimir panfletos de todos os candidatos ao governo, outro dos candidatos ao Senado, com igualdade de condições para todos, com o mesmo formato, do mesmo tamanho. Então, a pessoa vai ter de ganhar no conteúdo. A produtora de televisão que ganhar a disputa vai gravar o programa de todos os candidatos, com o mesmo fundo, com mais igualdade de condições. A campanha pode até ser chata, mas o candidato vai ter de ganhar no conteúdo, no convencimento. As eleições seriam mais politizadas. Essa seria uma forma de dar igualdade de condições aos candidatos, mais transparência ao processo político e tornar a política mais acessível ao cidadão comum. Esse tem de ser um dos motes da reforma que está sendo discutida nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado Reguffe.

Estou inscrito para falar. Depois será a vez da Deputada Erika Kokay e, em seguida, o Deputado Sandro Alex.

Vou ler a lista dos Deputados inscritos: Deputados Erika Kokay; Sandro Alex; Edmar Arruda; Lucy; Fernando Ferro; Berzoini; Vicente Arruda e Marcos Pestana. Se algum nome não foi lido e o Parlamentar quiser se inscrever, por favor, faça-o.

Quero partilhar com os meus colegas de Comissão algo que muitas vezes foi repetido aqui. Até entendo como isso nasceu, mas não considero um dogma a ideia de que financiamento público só pode ser feito com votação em lista fechada.

Sou um defensor, por convicção, da lista fechada preordenada de forma democrática pelos partidos. Já partilhei com os colegas que, na condição de Relator,



o meu papel é encontrar maiorias possíveis para que possamos avançar e votar a reforma. Tenho dito que nós não estamos atrás do sistema político ideal.

Em alguns debates de que participo, há intensa crítica a mudanças propostas, Deputado Newton Cardoso, mas não há crítica ao sistema que temos hoje. Sabemos que o atual sistema é carregado de imperfeições. Temos de caminhar para um sistema melhor que esse, o melhor possível. Não se trata de uma ciência exata. Estamos numa casa política, conversando com os vários partidos, entre colegas, para tentar encontrar um sistema político melhor que o atual.

Com relação ao financiamento, perguntou-se se hoje um Deputado ou um Senador pode manter absoluta independência de ações com financiamento privado exclusivo de campanha. Respondo: pode. E onde isso é mais provável, mais possível de manter essa independência, Deputada Erundina? No financiamento público exclusivo.

Vou homenagear o Governador eleito do meu Estado, o Governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul — além de diversos outros membros desta Comissão que foram também eleitos, como Eduardo Azeredo, Esperidião Amin e Newton Cardoso —, a quem fariam a primeira pergunta num programa famoso: *“Governador, quem financiou a sua campanha?”* Resposta: *“Foi o povo do Estado do Rio Grande do Sul. Aqueles que concordam comigo, aqueles que tinham uma ideia diferente das minhas, todos financiaram a minha campanha”*.

Portanto, a campanha política nasceu com esse republicanismo. A impessoalidade é algo fundamental na gestão pública. Depois que estou eleito, não posso perguntar na porta de um posto de saúde se João ou Maria votaram em mim ou votaram em outro candidato a Prefeito. Todos devem ser atendidos de igual maneira.

As vantagens de um financiamento público exclusivo são enormes. Elas operam sobre um outro tema, que é o da igualdade entre os candidatos. Hoje temos um sistema que se afasta da democracia. Há um conjunto de candidaturas que já nem se vêem como possíveis, porque imaginam que não há como financiar a campanha.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Só uma pergunta, já que V.Exa. falou em igualdade. Quero saber se há igualdade também para os partidos políticos no tempo de televisão para a eleição futura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu passaria a essa parte da preocupação do Deputado Miro Teixeira. É óbvio que a igualdade não é plena, porque alguma desigualdade nasce da democracia, da escolha do cidadão.

Por óbvio entendo que, quando vamos traçar metas de financiamento, devemos ter uma parcela básica bastante razoável e representativa, que seja distribuída em igualdade de condições entre os partidos, e uma parcela que acompanhe, como as regras do espaço eleitoral, o tamanho que os partidos conquistaram na urna.

Hoje, na reflexão que o Deputado Miro me propõe, o financiamento privado é muito pior, porque há partidos, quando se tem uma expectativa baixa de poder, que não conseguem financiar nada da sua campanha.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não propus nada, apenas fiz uma pergunta, mas posso fazer uma proposta, que é a seguinte: já que só os puros querem e desejam o financiamento público, se for opcional, ou público, ou privado, o povo verá assim, mas o partido que escolher o público é o partido dos puros. Então, eu vou votar no partido dos puros. E deixamos ao povo essa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Não concordo. Ouvi com atenção V.Exa., Deputado Miro, mas não concordo com essa tese. Não acho que a política se divida entre puros e impuros, de acordo com a fonte de financiamento de um sistema eleitoral. Mas eu, pela experiência, leitura e opinião pessoal, acumulo a ideia de que o financiamento privado gera tantas distorções e constrangimento para os próprios candidatos, que muitas vezes têm de andar de pires na mão para financiar uma campanha, como se nós não estivéssemos tratando da democracia do País, que é de interesse público e tem um custo.

Deixo para reflexão o seguinte: o cidadão tem uma preocupação e diz muitas vezes: *"Como é que se vai financiar eleição,"* — que eu chamo, como sinônimo, de financiar a democracia — *"se está faltando dinheiro para hospital, se está faltando dinheiro para escola, se está faltando dinheiro para construir uma nova estrada?"* Costumo pedir para as pessoas refletirem no seguinte sentido: primeiro, o povo



brasileiro está pagando as campanhas com financiamento privado, porque não há nenhuma empresa que financie campanha. O valor que uma empresa usa para financiar um candidato está embutido no preço de venda de seus produtos, de forma legal, muitas vezes, ou até procurando contratos superfaturados para embutir. Podem ser o os dois sistemas, seja o sistema legal ou não, mas a população paga igual. Não há como a população não pagar por isso. Não há como, por exemplo, o diretor presidente de uma grande empresa dizer na véspera da eleição: *“Vou vender dois apartamentos que tenho para financiar eleição”*. Não. São os chamados investimentos institucionais das empresas.

Encerro por aqui, porque o meu tempo se esgotou. Numa próxima inscrição, vou falar de algo que já apresentei em duas entrevistas. Trata-se de uma sugestão de sistema de votação para que nós todos juntos sobre ele reflitamos. Não quero aqui extrapolar o meu tempo.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o seu raciocínio é muito lapidar quando aponta que de qualquer forma o povo brasileiro está financiando as campanhas. Há um financiamento das campanhas.

Recentemente, ouvi uma entrevista do ex-Governador do Distrito Federal, em que ele dizia que havia, sim, o financiamento, porque os empresários precisam ter os seus representantes para defender os seus interesses nos governos estaduais ou no Parlamento. É uma transparência que nós não vimos aqui no Distrito Federal durante a gestão do ex-Governador. Mas indica exatamente isso: há um financiamento, sim. O povo brasileiro, de certa forma, está pagando as campanhas eleitorais. Paga pelos recursos que não aparecem, ou seja, que estão envolvidos no manto do processo do financiamento ilícito das campanhas; e paga também com a eleição de Deputados ou da eleição de representantes, que em verdade entram no Congresso Nacional já com compromissos preestabelecidos. Portanto, o povo paga já o financiamento das campanhas, mas não tem a segurança de que os seus representantes o são realmente porque, via de regra, houve financiamento privado. A determinados grupos no País eles devem fidelidade, não ao conjunto da população.



Por outro lado, o que vemos recentemente no processo político brasileiro é que existe um peso absolutamente nocivo e cruel do vil metal. As instituições compostas por representantes eleitos do povo têm cheiro de vil metal. Obviamente que esse processo indica um afastamento da representação que seja genuína dos movimentos sociais e popular, seja no Congresso, seja nos Governos Estaduais ou Municipais.

Penso, então, que o financiamento público talvez seja o elemento mais emblemático para que possamos fazer uma verdadeira reforma política, para que possamos traduzir o sentimento da população brasileira, que refuta as práticas parlamentares e as práticas políticas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputada Erika, só um minuto.

Mais uma vez, apelo a todos para que façam silêncio, a fim de que melhor possamos ouvir a Deputada que está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Obrigada, Presidente.

Precisamos traduzir um sentimento que é de repúdio, de indignação, que carrega em grande monta o povo brasileiro contra o sistema político, em propostas concretas. Creio que o aspecto mais emblemático seria realmente o financiamento público, exclusivo das campanhas. Isso significaria realmente uma mudança no financiamento, que, via de regra, aparece como fruto de denúncias, de má utilização de recursos públicos, malversação de recursos públicos, e que alimenta esse sentimento que inclusive faz com que a população não participe, como poderia participar, do próprio processo de reforma política.

Sr. Presidente, estamos discutindo hoje financiamento, e o financiamento público exclusivo de campanha pode significar realmente um marco e um divisor de águas na construção de um novo processo político. Talvez não haja nenhuma discussão, a meu ver, que tenha tanta importância neste momento e que indique tanto a reforma política que é necessária que se desenvolva e que se construa, como o financiamento público de campanha. Isso porque, primeiro: dá mais igualdade; segundo: dá transparência, possibilita um controle muito mais efetivo; terceiro: faz com que nós tenhamos representações ideológicas, de projetos



políticos; e quarto: fortalece os próprios partidos — o que significa não fortalecê-los em abstrato, mas construí-los.

E por fim, para concluir, eu diria que muitas vezes se utiliza o próprio diagnóstico — e é um diagnóstico extremamente nefasto o que nós temos hoje da política, seja do financiamento, seja do processo, do sistema eleitoral —, utiliza-se esse diagnóstico que é negativo para justificar a impossibilidade de mudanças, e eu acho que é exatamente o contrário: não é porque os partidos, não é porque as coisas não funcionam que nós vamos dizer que não é possível a mudança; é exatamente porque nós temos um sistema extremamente frágil, falho em vários aspectos, que nós precisamos efetivar uma verdadeira reforma política, que passa, sem nenhuma dúvida, pela mudança do financiamento de campanha.

Nós não queremos a mudança para que nada seja mudado; nós queremos uma reforma que realmente avance, e isso não acontecerá se não mudarmos o financiamento de campanhas, se não apontarmos para o financiamento exclusivamente público de campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputada Erika.

Com a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Relator, Deputado Henrique Fontana. Eu ouvi todos os Parlamentares desta Comissão a respeito das posições sobre financiamento público de campanha, e concordo com V.Exas. Hoje, no Brasil, o dinheiro da corrupção, do narcotráfico, das grandes corporações — o caixa dois —, infelizmente faz-se presente na política brasileira.

Mas permita-me, Relator, avançar na discussão, porque esta mesma discussão que trago aqui à Comissão eu também levo ao meu partido, o PPS, que é favorável ao financiamento público de campanha, e entretanto eu, neste momento, coloco-me contrário ao financiamento público de campanha, porque até o presente momento, Sr. Relator, ainda não foram respondidas algumas perguntas que a população do Brasil está fazendo a esta Comissão. De onde virão os recursos que serão aplicados no financiamento público de campanha? A única proposta apresentada até agora nesta Casa foi a de criação de um novo imposto. Até então foi a única proposta. Será que, neste momento em que a população brasileira pede



uma reforma tributária, nós estamos aqui resolvendo o problema criando um imposto? E neste País, quando há um problema, logo vem a solução: vamos criar um imposto, ou então vamos cortar algum programa vital deste País, como estamos assistindo neste momento.

Eu sei que os senhores têm razão quando levantam a possibilidade de que o dinheiro da corrupção e do narcotráfico influencie este Parlamento, esta Casa, o Congresso, o País, mas a independência de um Deputado ou de um Senador comprova-se pela sua conduta, mesmo porque não será o financiamento público de campanha que vai impedir os lobistas aqui nas votações, e o financiamento público de campanha não vai impedir a corrupção, porque pode continuar existindo o caixa dois e a compra de cabos eleitorais neste País. Nós temos é que ter fiscalização rigorosa, punição, leis severas no Brasil, que sejam aplicadas.

Criar um imposto é muito fácil. E digo isso, Relator, com muita tranquilidade, porque aqui estou em primeiro mandato, e fui eleito com poucos recursos, sem o dinheiro de nenhuma grande empresa. E não cheguei pelo princípio da igualdade, porque a igualdade não se dá, porque um candidato que vai à reeleição tem muito mais condições de chegar à vitória do que um novo candidato, e tem mais tempo de TV também. Então, não será também o financiamento público de campanha que vai dar essa igualdade.

Eu gostaria muito, Sr. Relator, de ir a todo o País, junto com esta nossa Comissão, e, nas audiências que faremos, defender o financiamento público de campanha, mas eu não sei com clareza de onde virão esses recursos, e não posso voltar ao Paraná e dizer aos paranaenses que eles vão pagar pela eleição que eu vou disputar no futuro. Qual teria sido o meu trabalho na Comissão? Meu trabalho aqui teria sido votar em favor de um novo imposto para o brasileiro pagar a minha campanha? Eu não posso concordar com essa atitude!

Mas eu gostaria de dar prosseguimento ao debate para que nós tenhamos todas as informações: quanto vai ser? Quais serão os parâmetros e os valores? Quem é que vai ter esse direito? Como vai ser dividido isso? Porque senão nós vamos oficializar a corrupção neste País com o que nós estamos propondo. É muito importante o debate. E quero cumprimentar esta Casa, porque a Comissão da



Câmara está debatendo antes de uma votação; isso é muito importante para o crescimento da democracia.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Agradeço ao Deputado Sandro Alex a intervenção, a contribuição.

Quero determinar, por solicitação do Deputado Miro Teixeira, que não pôde permanecer aqui conosco porque está participando da Comissão Especial de Catástrofes — ou de anticatástrofes; vamos chamá-la assim, não é? —, que se transcreva aos Anais da Casa artigo assinado por João Ubaldo Ribeiro e intitulado *Se reformarem, é para piorar*. Então, como Presidente em exercício, sempre democraticamente, permito que se transcreva tudo; é lógico que não é o que eu penso, mas tudo nós temos de participar.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, nobres Deputados, queria pedir licença aos Deputados para manifestar aqui o sentimento que eu tenho percebido como cidadão, não como Deputado, que eu tenho percebido nas entidades de que eu tenho participado, de que eu participo, nas associações, nas entidades organizadas, e também na imprensa, e também na população, de que esta Comissão não vai fazer nada. E eu gostaria que o nosso Presidente, o Deputado Almeida, estivesse aqui, porque eu já vim com esta intenção, e lamentavelmente ele teve de sair.

Eu tenho percebido algumas conduções que levam a acreditar que esta Comissão será esvaziada e que realmente nós vamos levar um carão, porque — eu comecei a levantar algumas informações aqui dentro da Casa — esta discussão de reforma política já tem 16 anos. São pelo menos 16 anos de discussão de reforma política! Há aqui, dentro desta Casa, vários projetos, vários trabalhos, muito bem elaborados, com relação a todos os sistemas, que nós poderíamos colocar em votação; nós temos a questão do financiamento público de campanha também; e eu vejo que, como nós começamos a fazer uma Comissão itinerante, seria muito positivo, na minha opinião (e peço perdão se estiver errado), se nós estivéssemos discutindo pelo menos dois pontos de vista, porque aqui dentro da Casa não se



chega nem a dois pontos de vista. Dentro da Comissão, então, nem pensar! E aí, vamos fazer uma Comissão itinerante para discutir o quê, e com quem?

Então, eu fico pensando, quando alguns aqui defendem que nós temos de fazer um plebiscito para saber qual o sistema que nós teremos: é piada! Eles não querem que aconteça a reforma, Presidente! Nós estamos aqui perdendo tempo! Aqui, sim, nós estamos gastando o dinheiro do povo indevidamente.

Então, eu estou querendo fazer uma proposta: a de que esta Comissão comece de fato a trabalhar. E nós não precisamos inventar a roda; os sistemas já estão aí. Vamos fazer um relatório disso, Sr. Relator, e vamos submetê-lo ao Plenário da Casa. Nós fomos eleitos para isso! Eu não tenho nenhuma preocupação de votar aqui um sistema sem discutir com a chamada base, já que a base nos elegeu, e nós temos representantes dos nossos partidos em todas as bases. Nós temos Vereadores, Presidentes de partido, Deputados Estaduais, Prefeito, Vice-Prefeito; então, cada partido faça a discussão internamente, e traga a posição do partido para cá.

Eu concordo plenamente com o financiamento público de campanha, mas não acho que é o salvador da pátria. O que nós não podemos é matar o cachorro por causa do carrapato. Nós não podemos fazer isso! Vamos cuidar do carrapato e cuidar do cachorro. Agora, o que é que nós podemos fazer aqui, Presidente? Olhem, quanto ao fim da reeleição, para mim há consenso; quanto ao mandato de cinco anos também há consenso; o voto continuar obrigatório para mim é objeto de consenso; o financiamento público de campanha é quase consensual; o que é que está sendo um problema aqui? Encontrar um sistema que permita o financiamento público de campanha.

E aí tem uma tese com que eu não concordo, mas meu colega, que é o titular do meu partido, concorda: a de que a única maneira seria por meio da lista fechada. Eu acho que nós somos inteligentes o suficiente — não, não é do companheiro, mas há uma tese em cima disso — para buscar uma alternativa, para que tenhamos o financiamento e tenhamos um sistema melhor do que o que nós temos hoje.

Com relação à fala do Deputado Sandro Alex, está correto, Sandro, só que o que acontece o seguinte: hoje, muita gente boa, muita gente boa não chega aqui a esta Casa por falta de recurso financeiro, e talvez se chegassem aqui essas



peessoas não seriam ponto de manobra, ou massa de manobra, de *lobbies*, de interesses para cá, interesses para lá. Infelizmente — infelizmente! —, eu tenho de dizer aos senhores: nós não podemos continuar com esse sistema que temos hoje, que é selvagem, que é perverso, que é desumano, que tira a militância do nosso povo da rua. Vamos dizer a verdade aqui: eu não sou do PT, não, mas o único partido que tem militância na rua é o PT! Vejam como a Oposição está esfacelada porque não tem militância.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SÉTIMO - O PT tinha. Já não tem mais.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Já não tem mais? Mas teve para conquistar o poder!

Então, faço este desabafo, meu Presidente — eu queria que o Presidente Almeida... O Presidente Almeida, perdoem-me, já foi Senador — que está conduzindo esta reunião. Eu já vou terminar. Eu queria fazer um apelo no sentido de que nós fizéssemos uma reunião fechada, só com os Deputados, sem gravar, sem taquigrafar, sem filmar, e vamos ser honestos conosco mesmos e saber o que nós queremos fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, eu quero endossar as palavras do Deputado, ouviu? Realmente nós temos de avançar na reforma, discutir menos e agir mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado.

Deputado Edmar Arruda, a Mesa agradece, e eu, além sugerir que V.Exa., assim como o Deputado Newton Cardoso e outros, converse pessoalmente com o nosso Presidente, estou aqui acolhendo essas preocupações, e confesso até que tenho uma certa identidade com elas. Eu acho que nós podemos, sim, marcar uma data para todos nós chegarmos a um primeiro, ou, vamos chamar assim, um anteprojeto de relatório, para que ele possa ser criticado, complementado, destacado, e assim por diante. Agora, eu digo e insisto: eu, acredito na reforma. Ela é necessária, e nós temos de nos dedicar para que ela se transforme em realidade, constituindo maiorias.

O Deputado Fernando Ferro tem a palavra.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu acho que a pergunta que nós temos de fazer é: quem financia a campanha hoje no Brasil? Alguém por acaso desconhece a presença do dinheiro público nas campanhas hoje? Como o povo vê isso? O Deputado disse: “Ah, o povo da minha terra vai querer saber quem paga”. Nós deveríamos começar contando quem paga hoje as campanhas. Vamos fazer uma conta simples aqui. Quanto é que ganha bruto cada Deputado em 4 anos de mandato? É algo em torno de R\$ 1,3 milhão. Tire-se o Imposto de Renda, tire-se a Seguridade Social, fica algo como R\$ 850 mil por 4 anos de trabalho. Como é que se explica que haja alguém que gaste de R\$ 7 milhões a R\$ 8 milhões para se eleger Deputado Federal? Aqui ninguém rasga dinheiro, aqui não há ninguém burro, e aqui não há nenhum maluco. É claro que esse dinheiro vem de algum lugar, e seguramente não vem do setor privado. Vem da ótica, e da lógica, e do circuito público.

É isso que nós temos de fazer, esse debate, e não é fácil fazer esse debate com uma instituição desgastada como é o Parlamento. Mas nós temos de enfrentar isso corajosamente, e dizer para a população: nós queremos que uma campanha custe tanto; um Deputado vai custar tanto para o Brasil. De onde vem esse dinheiro? Esse dinheiro hoje já vem do setor público: o Fundo Partidário, a chamada televisão gratuita. Vejam que eufemismo criaram, que brincadeira: ah, televisão de graça... De graça coisa alguma! Isso está sendo pago, e pelo dinheiro público! Não há televisão de graça! Nós vamos computar isso aí para ver o que é que vai custar, vamos fazer um levantamento desses recursos para podermos fazer esse debate com seriedade. Não é preciso fazer nada escondido, temos de fazer às claras, para se saber quem efetivamente financia as campanhas políticas. Se nós fizermos esse debate e a sociedade se assenhorar dessas informações, ela vai compreender a importância do financiamento público.

Hoje o discurso fácil é o de dizer: “Ah, o povo vai pagar mais um imposto” — como se já não pagasse! E paga muito mais. O que tem de ser dito é que nós vamos reduzir, sim, esse imposto que o povo paga para campanha política. Nós temos de dizer como são hoje as estruturas e os canais de financiamento público de campanha. Nós temos de dizer que esse sistema de hoje é o que gera as crises políticas, a corrupção, o que inclusive leva alguns a dizerem, de maneira cínica:



“Não, eu não sou corrupto, mas o sistema é, e eu tenho de entrar no jogo, isso aí vai acontecendo e a gente vai-se envolvendo nisso...” Ora, meus companheiros, nós temos de fazer um esforço para definir, inicialmente... Eu sei que não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Fernando Ferro, só um minuto; eu já vou devolver a palavra a V.Exa. Eu quero, de novo, pedir aqui a todos os nossos convidados, imprensa, assessores e a todos os Deputados o esforço do silêncio, porque em uma sala deste tamanho, com o somatório das falas, o ruído termina ficando forte.

O Deputado Fernando Ferro está com a palavra. Desculpem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - E o que confirma aquilo a que nós estamos assistindo, em termos de desvios públicos? Basta citar a quantidade de Prefeitos e políticos cassados após as últimas eleições, por ação, mesmo que periférica, do Judiciário, das denúncias do Ministério Público, mas muita gente está sendo pega exatamente porque está usando o dinheiro público indevidamente, e está sendo cassada. Isso poderia tomar uma dimensão maior se nós tivéssemos mecanismos mais rigorosos, mais profundos, para fazer essa investigação, mas isso, por si, já revela essa estrutura de desvios de recursos públicos para financiar as campanhas políticas.

Eu quero dizer, com toda a tranquilidade, que acho que temos de caminhar para o processo de financiamento público de campanha, com o debate feito com a sociedade, mostrando quanto custa hoje e quem financia, para quebrarmos esse discurso cínico e demagógico, como se a eleição hoje não tivesse nada a ver com o dinheiro público. Nós temos de desmontar esse argumento, essa falácia, esse cinismo, essa demagogia dos que dizem que a eleição de hoje não é financiada publicamente. É financiada publicamente, e de uma maneira degradada, de uma maneira delinquente! E nós temos de buscar colocar na legalidade esse processo político, e é com o financiamento público de campanha. Eu não tenho dúvida de que nós vamos caminhar para isso, para essa linha, com este debate que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Queira concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Para concluir, os argumentos que nos trazem aqui todos eles carecem do enfrentamento da realidade. Eu pergunto: nós queremos que continue essa bandalheira aí? Nós queremos que fique essa coisa desse jeito? Quem não concordar com outro tipo de financiamento que não o público... E eu até admitiria o financiamento privado de campanha, desde que ele fosse direcionado para um fundo da Justiça Eleitoral que pudesse reverter esse dinheiro para a campanha, para pagar a campanha, e eventualmente passar, via Fundo Partidário, para os partidos, mas não diretamente de setores privados na sua relação com os partidos. Eu acho que é possível, sim, envolver o setor privado nisso; não sei se ele vai querer, porque as vantagens que são histórica e culturalmente conseguidas com outro tipo de relação serão muito mais polpudas, mais suculentas do que uma proposta como essa, que é muito mais cidadã, democrática e republicana. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Fernando Ferro. Eu só digo uma frase aqui, corroborando: parece-me que se o sistema fosse esse do financiamento privado com recursos dirigidos para um fundo universal, para financiar a democracia, cairia drasticamente a destinação de recursos por parte dos financiadores privados.

Com a palavra o Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Srs. Deputados, escutei atentamente todos os pronunciamentos, e parece-me que a fonte de todos os males da política brasileira está no nosso sistema de financiamento de campanha. Mas todo o mundo não ignora que a grande fonte de corrupção que existe na política brasileira vem do imperialismo do Poder Executivo, porque ele atua predominantemente nas eleições. Todos nós sabemos como são feitas as eleições nacionais, e só se culpa o Parlamento. Parece que aqui só há celerados, porque todos foram eleitos com o dinheiro, com o vil metal, como disse uma Deputada.

Não é verdade! O sistema nosso é misto. Nós temos dinheiro público, o Fundo Partidário; nós temos a televisão gratuita; e nós temos um sistema limitado de financiamento privado. A lei fixa percentuais em que podem ser feitas as doações eleitorais. A televisão não é gratuita, mas é gratuita para quem fala! Para nós, é! A fonte, a origem, não interessam; interessa é que ela é gratuita para o



desenvolvimento da campanha, para o esclarecimento do eleitorado, para a exposição das ideias. Isso existe, e é financiado pelo público, pelo Poder Público. Eu estou dizendo que é financiado pelo Poder Público. Eu citei, como financiamento público, o Fundo Partidário e a televisão gratuita, que é financiada pelo Governo.

Muito bem, então nós temos o seguinte: todo candidato é obrigado a prestar contas à Justiça Eleitoral dos recursos que obteve, não pode receber recursos sem prestar contas, e tem um CNPJ para poder depositar a sua despesa de campanha. O que ocorre é o seguinte: é que a Justiça Eleitoral não tem condições de fiscalizar a prestação de contas. Os gastos eleitorais são feitos fora da lei, e nada nos assegura que com o financiamento de campanha não haverá dinheiro ilícito também na campanha. Quem pode assegurar? Só se pode assegurar se houver uma fiscalização severa, como se deve sempre fazer fiscalização severa. Então, aqui nós estamos...

O sistema brasileiro é o adotado na maioria dos países do mundo, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, e não há razão alguma para se dizer que a fonte da corrupção está no sistema vigente. Ao contrário, ele proporciona a participação do povo na campanha. A campanha eleitoral não pode ser uma coisa clandestina, não pode ser uma burocracia, não pode ser uma dádiva do Poder Público. Os partidos precisam movimentar-se, engajar-se na campanha, cooptar a solidariedade do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - V.Exa. só tem mais 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - O povo precisa participar, e participa também contribuindo para que o partido venha a ser vitorioso.

Por outro lado, é preciso dizer o seguinte: todo o mundo fala em reforma política, mas aqui nós não estamos fazendo reforma política; nós estamos pretendendo fazer uma reforma eleitoral, só mudar sistema de votação, a maneira de financiar a campanha, matérias velhas estão aqui sendo discutidas há muitos anos, e nós nunca chegamos a um acordo. Mas nós nunca ferimos o ponto principal, que é modificar o presidencialismo brasileiro para tornar o Parlamento mais forte, um Parlamento que legisle, e não por medidas provisórias, um Parlamento que faça o Orçamento como em todos os países do mundo os Parlamentos fazem. Mas aqui



nós fazemos um Orçamento em que não podemos alterar nem a receita nem a despesa, e não temos nenhuma segurança de que esse Orçamento será executado, porque fica a critério do Poder Executivo executá-lo ou não.

Então, nós estamos aqui patinando no mesmo lugar. Não adianta mudar o sistema eleitoral para financiamento puro e exclusivo de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pedimos um esforço para concluir, mas vamos ouvir a conclusão.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Eu quero dizer o seguinte: não vejo razão alguma para se mudar o sistema vigente de financiamento de campanha, que é um misto de dinheiro público e de dinheiro privado, vigiado, disciplinado por lei e sujeito ao crivo da Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, nobre Deputado Vicente Arruda.

Tem a palavra o digno representante do PSDB de Minas Gerais, Deputado Marcos Pestana. A Mesa pede sempre aquele esforço de cumprimento dos 5 minutos, que a gente estende para 6 ou 7, se for preciso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - *(Risos.)* Boa tarde, Relator Henrique Fontana, Deputados e Deputadas. Hoje a pauta é o financiamento de campanha, que é um aspecto absolutamente central. Então, eu acho que é um consenso que nós devemos amarrar o de que esse não é um aspecto periférico. Eu acho que na reforma política nós temos três grandes objetivos: aproximar a representação da sociedade, da população, que não lembra o nome do Deputado 2 anos depois; fortalecer os partidos, porque o atual sistema mina a unidade partidária, joga contra a solidez partidária; e, terceiro, baratear as campanhas e fechar as portas à corrupção. Esses são os três aspectos fundamentais, e hoje nós enfocamos um deles. Então, eu creio que nós devemos afirmar claramente, para a opinião pública, para a imprensa, a centralidade dessa questão do financiamento como está sendo discutido aqui hoje, que é um aspecto menos poético, menos ideológico, menos visível, menos, digamos, nobre, mas todos nós que participamos de coordenação de campanha sabemos da gravidade disso no atual sistema.

Eu creio que é impossível, em primeiro lugar, conviver com esses orçamentos milionários. Eu já conversei com alguns empresários que falaram exatamente do que



o nosso Relator reproduziu ali, do impacto disso no Custo Brasil. As empresas já estão incorporando isso na planilha de custo, porque têm de doar; aí, doam para os três candidatos a Presidente, doam para os Governadores, doam para os seus Senadores, doam para os Deputados Federais, em campanhas caríssimas, irracionais. Deve ser um dos sistemas mais caros do mundo, e a própria iniciativa privada já não está apoiando mais esse modelo de financiamento.

Por outro lado, vou repetir o que eu disse no dia em que fiz a exposição em favor do voto distrital misto: esse modelo de financiamento de campanha atual torna-se humilhante para quem é honesto, e para quem não é honesto é a porta para a corrupção, para relações incestuosas e não republicanas. É um fio tênue o que separa o financiamento da atividade política do enriquecimento ilícito pessoal. Então, nós temos de mudar. Esse é um aspecto central.

Nós temos quatro possibilidades, que já foram aqui comentadas por todo o mundo. A primeira é o financiamento público exclusivo, que tem dois problemas; primeiro — eu não concordo com Henrique, e até já participei da coordenação de várias majoritárias —, há um problema objetivo: o financiamento público só cabe na lista, porque é muito pouco dinheiro. O que encarece as campanhas é o aspecto individualista, individual das campanhas. Em qualquer modelo, mesmo o distrital misto, as campanhas majoritárias nos distritos, como vão ser individuais, vão ser caras. Então, não há outro jeito, Deputado: isso sai é do Orçamento Geral da União. Não há outro jeito de obter recursos. Criando novo imposto ou realocando despesas, isso vai sair é de onde há, se for o público exclusivo.

Então, o primeiro problema é que o financiamento público exclusivo, eu acho, pela experiência que tenho em coordenação de campanhas majoritárias em grandes cidades ou em governos, só é viável na lista. Portugal faz campanhas baratíssimas; não há nem horário, gratuito ou pago, de TV; há debates na televisão, campanhas de rua e tal, e vota-se no partido, vota-se na lista partidária. Outra coisa: a Itália está recuando no financiamento público exclusivo porque virou piso, e não teto. Com a lista, eu acho que é viável o financiamento público exclusivo.

Nós temos a segunda possibilidade, que é o financiamento misto, como é hoje, com o Fundo Partidário e a TV gratuita, que não é gratuita, é financiada por recursos de renúncia fiscal, e o Fundo Partidário... São as formas: há a captação



privada na campanha, e há o Fundo Partidário, e há a TV, que é cedida com base em renúncia fiscal. Então, hoje nós temos o misto, e nós podemos discutir ao longo do tempo, porque isso está amarrado a outras decisões. Nós podemos ter um modelo misto, que seja público para a lista; por exemplo, se passarmos ao sistema distrital misto, pode ser público para a lista e privado para as candidaturas individuais. Isso vai depender do debate, do amadurecimento, do consenso que nós criarmos. Nós podemos então ter vários tipos de financiamento misto.

Nós podemos ter o financiamento tal qual é hoje, o financiamento privado individual. Quanto a esse nós deveríamos fechar o consenso de sermos contra. Esse é a porta para a corrupção. Esse é que afasta gente honesta da política, porque é humilhante ficar pedindo, de pires na mão. E é uma relação individualizada. Uma vez perguntaram a um grande líder político brasileiro de onde vem o dinheiro da campanha, e ele, tautologicamente, disse: vem de onde tem. Não é de onde não tem que vem. Vem de onde tem, não é? Então, é assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Quem tem mais manda mais, quem tem menos manda menos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - (*Risos.*) É isso. Isso é claro. Então, é assim.

Essa relação é constrangedora. Você pode ter um amigo empresário. É raro isto: eu tenho um amigo empresário que doa sem cobrar. Não tem nada a ver comigo. Ele é que me procura. Se eu não o procuro, ele é que me procura. Ele é partidário, gosta do trabalho e tal. Mas isso é raríssimo, é exceção que não explica a regra. Mesmo que você tenha amigos empresários, gera-se uma relação muito complicada. Se houver uma votação aqui em que ele tiver interesse, ele pode chegar e dizer: "Olhe, Deputado, eu te ajudei lá; quem sabe você não pode ouvir meus argumentos?"

O SR. PRESIDENTE (Henrique Fontana) - Um minuto para concluir, Marcus.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então (*risos*), eu acho que o mínimo que nós devíamos fazer é fechar a porta para o financiamento público individual, mas admitir... Há o modelo misto dos Estados Unidos, em que, por exemplo, o partido opta: ou tem um limite de financiamento público, ou exclui isso, diz para a sociedade que não quer, e vai para a captação privada na sociedade, com



grande transparência. O placar de doações para Obama contra McCain era público, estava na Internet diariamente.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Isso não existe, não. Não existe esse misto, não existe.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, nos Estados Unidos existe, Governador Newton.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Mas é imoral. É imoral!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não sei. Lá nos Estados Unidos não é, não. É questão de um amadurecimento.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Na Alemanha foi preso o...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Governador, permita-me terminar, senão...

Então, eu acho que nós deveríamos fechar questão contra o financiamento privado individual, e a captação seria pelos partidos, com orçamento dos partidos, se não der para viabilizar o financiamento público, misto ou exclusivo.

Por último, para concluir, há uma questão que foi levantada aqui e que vai lá à raiz da filosofia do direito, esse negócio de “vamos distribuir o tempo igualmente, o dinheiro igualmente”. Isso parte de uma visão já superada de igualdade formal perante a lei. É preciso termos uma visão mais dialética da democracia. Quer dizer, não é possível tratar desiguais igualmente, ainda mais no País dos partidos de aluguel. Então, é um perigo nós consolidarmos uma tese falsamente simpática, mas não democrática.

E, para concluir mesmo, o PSDB fará a reunião da sua Executiva no dia 26 de abril. Não há unanimidade interna. Há gente que defende lista, há gente que defende o distrital misto, o distrital puro, mas no dia 26 de abril... Estão recuperando a caricatura do muro, mas é uma injustiça com os tucanos. Os tucanos têm problema por excesso de opinião e posição, e não por falta delas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está certo, está certo. E eu, que sou acostumado também com um partido com muitas correntes de opinião, sei que isso é complexo.

Primeiro, eu só queria, antes de passar a palavra ao representante do PMDB, do Maranhão, o Professor Setimo, reafirmar a disposição do Relator, a minha



disposição de participar de tantas reuniões quantas forem necessárias, organizadas pelos partidos aqui na Câmara às terças, quartas e quintas, para que nós possamos também conversar num ambiente mais informal sobre alternativas, opiniões etc., de cada um dos partidos. Eu tenho sugerido tanto convidarmos aqueles que fazem parte desta Comissão aqui como, eventualmente, outros Parlamentares que tenham interesse nesse assunto. Eu só peço que os membros dos partidos aqui na Comissão organizem; é só nos darem uma ligada, fechando um horário, para fazermos essas reuniões de aproximação.

O Professor Setimo tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, ao mesmo tempo Relator, com este painel de discussão, cada um apresentando uma ideia, uma sugestão, várias propostas, nós ficamos pensando: na realidade, se a carruagem não andar, nós vamos terminar em lugar nenhum. Essa é a verdade.

Quando se questiona a participação da sociedade ao longo do tempo, é bom lembrar que nós debatemos aqui uma reforma há mais de 17 anos; na realidade, nós já temos vários trabalhos, feitos por várias instituições. A Associação dos Magistrados elaborou um trabalho magnífico sobre a reforma política; a própria Câmara, o Congresso fez um trabalho político sobre as questões da reforma; e nós temos ainda outras instituições que fizeram vários trabalhos. Nós sabemos o que é fundamental na reforma. Que temos de mudar o modelo, nós temos. Esse modelo já está aí há muito, e depois de todo esse tempo a sociedade já o não aceita mais. A credibilidade do Parlamento a sociedade analisa a cada dia de uma maneira negativa.

Nós temos de partir de algo concreto, o Relator tem de fazer já um relatório preliminar, um anteprojeto, e apresentar aos companheiros. Relator, tenho a pura certeza de que a sua competência, a sua inteligência, a sua sensibilidade farão com que V.Exa. apresente um relatório que atenda aos pensamentos aqui, não em 100%, mas atenda ao pensamento de cada Parlamentar desta Casa. E vamos partir para a questão do tempo. O Senado já vai discutir na próxima semana, e já vai encerrar os trabalhos da reforma. Vão preparar o relatório e vão para a discussão. Mas têm algo para discutir, têm o que discutir. E aqui, o que nós temos de fazer?



Nós temos de criar um objeto, e vamos discutir em torno desse objeto, que será o relatório do companheiro que está exercendo a função de Relator.

Financiamento, eu também acredito que financiamento — esta é uma visão minha, pessoal — não é obrigatório se fazer em cima de lista fechada. Financiamento, criando-se normas de fiscalização, nós vamos ter em qualquer sistema eleitoral. Não há um sistema melhor de distribuição. Se o financiamento for público, criam-se os mesmos critérios da distribuição do Fundo Partidário. Não há o que criar, o que inovar, nesse aspecto da distribuição do financiamento; é o mesmo critério da distribuição do Fundo Partidário. Cabe ao partido selecionar os seus candidatos e diminuir o número, para evitar que digam: “Ah, cada partido vai botar 100 candidatos; como é que se vai financiar?” Não, cabe aos partidos, com a distribuição no mesmo sistema do Fundo Partidário, cabe a cada partido organizar o seu processo eleitoral. Então, nós temos é que, na prática, colocar isso no papel e partir para a discussão, senão nós vamos chegar ao mês de setembro e não vamos ter tempo nem de fazer a votação do Senado com o reparo da Câmara, e na realidade não vamos fazer reforma política, não vamos fazer reforma eleitoral, não vamos fazer nem a reforma da eleição dos Vereadores em 2012.

Vamos para a prática, Sr. Presidente. É esse o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Fontana) - Obrigado, colega Professor Setimo.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Alberto, que representa o PMN do Rio de Janeiro.

Antes, eu quero só dizer aos colegas aqui que cheguei a pensar em hoje... mas, como o assunto era financiamento, Deputada Luiza Erundina, eu resolvi assim. Não, eu quero expor — meu partido tem uma posição, eu também tenho uma posição, mas tenho ouvido muito debate, e na próxima reunião eu vou pedir tempo ao Presidente e aos colegas para expor — um sistema de votação que, no meu ponto de vista, é compatível com o financiamento público, e que medeia posições que nós temos ouvido no debate por aí. Então, vou pedir ao Presidente, na próxima oportunidade em que estivermos juntos, tempo para que eu possa expor aos colegas e aprofundar a reflexão sobre esse sistema.

O Dr. Carlos Alberto tem a palavra.



O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente e Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu vou ser muito breve e bastante objetivo. Eu gostaria de reiterar aqui: desde que acompanho os trabalhos desta Comissão de Reforma Política, preocupo-me de ouvir vários segmentos, entidades estudantis, associações de moradores, clubes de serviços, enfim, vários segmentos, para saber o que eles têm a dizer com relação aos principais pontos da reforma política.

Um desses pontos, evidentemente, é o financiamento de campanha. E eu quero dizer aqui o seguinte: nesse recolhimento das opiniões sobre financiamento de campanha, em razão da tão propalada credibilidade do Parlamento, ou da não credibilidade do Parlamento, em razão do tempo — já faz 16 anos, 17 anos que não se consegue implantar uma reforma política —, eu tenho a impressão de que nós não podemos, de cima para baixo, dizer que nós vamos implementar esse ou aquele tipo de financiamento.

Não só com relação ao tipo de financiamento, se é público, se é privado, se é misto, mas com relação a todos os outros pontos, eu tenho percebido na sociedade, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, que as pessoas estão ávidas de participar desta discussão, de dar as suas opiniões. Eu tenho a impressão de que nós corremos um risco muito grande de nós acharmos que somos os donos da verdade, de acharmos, na nossa vã ignorância, que esses segmentos da população não têm nada a contribuir, e na hora em que nós apresentarmos, por exemplo, um projeto que seja “nosso”, entre aspas, e dissermos que esse é o projeto, nós vamos, na minha visão, na minha modesta visão, dar um tiro na água.

Agora, há outra coisa também; é o seguinte: pelo que eu tenho ouvido desses segmentos, Presidente, se o cidadão, sobretudo o cidadão comum, não for esclarecido sobre a importância do financiamento público — e eu partilho desse ponto de vista —, se ele não for esclarecido, ele de pronto é absolutamente contra, porque a posição dele é a seguinte: “não vou dar mais dinheiro”, porque o cidadão comum sabe o que é Orçamento, e não sabe, como disse o Deputado aqui, de onde vem o dinheiro. A ideia dele é a seguinte: “eu não vou dar financiamento para bancar a campanha desses políticos que não trabalham, que não fazem nada, que roubam, que isso e aquilo”, o que não é a minha visão; em todo segmento há pessoas probas e não probas, corretas e não corretas, que trabalham e que não trabalham.



Eu acho — a Deputada Luiza Erundina defendeu isto em várias oportunidades, e eu faço minhas as palavras dela — que a população tem de ser ouvida, sim, tem de se manifestar sobre isso. Não é nós decidirmos aqui, entre quatro paredes, achando que nós somos os donos da verdade, e não ouvirmos a população. A população precisa ser esclarecida de onde vem o recurso, de onde se vai tirar, de onde não se vai tirar. É evidente!

Modéstia à parte, eu estou na vida pública há 45 anos, fui gestor durante toda a minha vida; nós Deputados temos condições de tirar do Orçamento, sim, por exemplo, de despesa de custeio do Orçamento da União, do número indizível aqui de cargos públicos, não é? Hoje do Orçamento da União gastam-se 90% em custeio. E não é só hoje! Ao longo de décadas, 90% têm sido para custeio e 10% para investimento. Isso é na União, nos Estados e nos municípios. Nós temos de inverter essa pirâmide! Afinal de contas, o Orçamento é para atender a quê? À sua autofagia? É para os próprios Governos, ou é para atender às necessidades, aos anseios e à carência da população?

Então, Presidente, eu acho que nós temos de explicar à população o que é financiamento público, sob pena de a população de pronto não aprovar essa proposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Dr. Carlos Alberto, do Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao Deputado e ex-Governador Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, serei muito conciso. Eu, pessoalmente, sou muito simpático ao financiamento público de campanha. Mas, seguindo a linha do orador que me antecedeu, o Dr. Carlos Alberto, qualquer pesquisa de opinião, e quanto mais desprovida de informação política for a amostragem, revelará repulsa ao financiamento público. Não é rejeição, é repulsa. Quanto menos informação política, mais repulsa, pelas razões que foram aqui expostas, com alguns palavrões a mais. Daqui a pouco vão inventar uma CPME — Contribuição Provisória para a Eleição. Ou seja, isso não vai ser difícil acrescentar à tendência de rejeição. E o que eu vou dizer aqui pode ferir alguns ouvidos, mas é a realidade. Se o povo soubesse o que pode ocorrer no financiamento privado, ele



teria menos repulsa ao financiamento público. Como é que vai saber? Eu, há pouco, dirigi-me, até em tom jocoso, ao Deputado Protógenes dizendo: *“Vocês são os culpados, como corporação, pelo fato de o povo ainda ter essa repulsa.”* Isso, claro, em tom jocoso. Mas, falando seriamente, nós não temos a informação sobre os riscos do financiamento privado para conseguirmos a simpatia dos segmentos mais amplos da opinião pública do nosso País. Por isso, se nós quisemos uma solução política, nós não conseguiremos o sistema exclusivo de financiamento público. Nós não vamos conseguir. Vamos imaginar que nós o votássemos. Certamente nós vamos ser desafiados a fazer um referendo. Não vamos fazê-lo, e, se fizermos, perderemos.

Por isso, abre-se a hipótese de um entendimento político para que nós evoluamos, porque eu concordo com o que o Deputado Henrique Fontana falou aqui, numa de suas intervenções. Nós temos que melhorar, não podemos deixar como está. E assim como o sistema eleitoral deve evoluir — foi um tópico que não foi esgotado, mas, pelo menos, foi aqui debatido, e nós teremos um complemento. Nessa questão do financiamento —, nós sabemos que é nosso dever retificar, reduzir os erros que o próprio sistema favorece.

Essa é a reflexão que eu queria fazer. Como está, seria bom que não ficasse. Agora, imaginar que vamos conseguir adotar financiamento público, sem que a sociedade conheça efetivamente o risco da alternativa existente, acho muito difícil.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, Almeida Lima, eu só queria pedir licença a V. Exa. e aos colegas para me ausentar. Vou ler, com toda a atenção, as notas taquigráficas dos pronunciamentos dos colegas que vão usar a palavra a partir de agora. Porém, não tenho como continuar na reunião a partir deste momento. Já peço à secretária da Comissão que me mande as notas taquigráficas de todos os que falarem a partir de agora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer coro com o que ouvi há pouco do Deputado Edmar



Arruda, que dizia que é fundamental que esta Comissão crie um foco de encaminhamento das questões.

Tive oportunidade de falar sobre isso na última reunião e quero dizer que ouvi com muita preocupação os debates sobre a realização de um plebiscito. Se caminarmos para fazer um plebiscito, não faremos reforma alguma. Fazer um plebiscito para ouvir da população sobre o quê?

Sr. Presidente, eu estive selecionando, e há pelo menos dez itens que precisaríamos perguntar. A técnica de plebiscito diz que se tem de resumir para que a população consiga entender. Perguntar se a pessoa é a favor da lista aberta, da lista fechada, do voto distrital simples, do voto distrital, da coincidência do mandato, da reeleição — “sim” ou “não”—, isso é uma coisa completamente inviável.

Se o atual sistema político está certo ou errado — e digo que está errado —, temos a legitimidade do povo e a obrigação de encaminhar e focar esse debate para que de fato produzamos resultados que venham modificá-lo. Creio que está na cabeça da maioria dos Deputados mudar de fato essa sistemática, que hoje só privilegia a compra do voto e o dinheiro.

Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão. Primeiro quero dizer que seria importante se V.Exa. e o Relator fizessem uma enquete entre os 41 membros da Comissão sobre o que pensa cada Deputado, para que V.Exa. tenha condições de começar a saber da tendência deste grupo.

É uma sugestão que pode facilitar inclusive o entendimento. Tenho minha ideia, mas na impossibilidade de fazer o que penso, que é o voto distrital misto com financiamento público, posso caminhar para a votação em lista, sim, ou talvez até para outro tipo de pensamento, contanto que consigamos, pelo menos da maioria desta Comissão, tirar um encaminhamento.

No meu entender, essa é a questão prioritária. Creio que V.Exa. conduziu bem com o Relator ao colocar o primeiro tema dessa questão, o sistema político do Brasil. As outras questões não são menos importantes, são importantes também, mas adjetivas a essa questão.

Era a sugestão que gostaria de dar: que V.Exa. determine uma agenda, para que tenhamos um calendário com metas para resolvermos isso na Comissão já em



grau de votação, para que tenhamos de fato um encaminhamento dos trabalhos que serão feitos.

Só para terminar, quero discordar do companheiro do PSDB de Minas Gerais quanto à ideia de o financiamento público ser possível apenas com a lista. Penso que não. Acho que é possível, sim, o financiamento público com a lista e com o voto distrital misto. Assim é na Alemanha, e funciona muito bem. Os partidos apresentam, em cada distrito, seus candidatos, e o partido banca a eleição.

Sr. Presidente, eu até poderia aceitar o financiamento privado, desde que fosse para os partidos, naturalmente. Mas isso é evolução.

Quero sugerir a V.Exa. que faça essa enquête com os companheiros para que se tenha a tendência do que pensam S.Exas., a fim de que possamos começar a construir convergências e cheguemos ao entendimento final nesta Comissão.

Tenho vindo a todas as reuniões e, como brasileiro, tenho uma enorme vontade de ver essa legislação mudar. Quero, como Parlamentar, contribuir e acreditar que isso vai acontecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de passar a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina, digo ao Deputado Augusto Coutinho que recebo de bom grado a sua sugestão, mas devo dizer que essa sugestão deve ser feita em forma de requerimento ao plenário. Aqui temos de construir maioria, até as maiorias de procedimento.

Esta Comissão tem um Relator, e o Relator não ofereceu relatório algum, parecer algum e não propôs a deliberação de nada. Até onde eu sei ele irá propor ao final dos trabalhos, onde irá apresentar o relatório, submetê-lo à deliberação, ao debate, e aí teremos destaques. Enfim, será o momento da deliberação.

Há pouco um outro Parlamentar, salvo engano o Deputado Edmar Arruda, fez crítica idêntica. Acho que a crítica é legítima, mas ela deve ser traduzida num requerimento. Não vou simplesmente aceitar uma sugestão quando eu não tenho o poder de deliberação. Eu tenho a competência de condução daquilo que o plenário decide ou daquilo que está no Regimento, na Lei ou na Constituição. Salvo essa hipótese, a sugestão tem de vir em forma de requerimento para que a maioria delibere. Esse foi o procedimento adotado pelo Senado. O procedimento adotado por esta Comissão é diferente. O Senado tem o prazo de 45 dias, esta Comissão de



6 meses. Encerra-se no dia 2 de setembro. Não estou a dizer que vamos encerrar no dia 2 de setembro, mas é o prazo que temos.

A Comissão do Senado é composta de 11 membros. A nossa é de 40. O Senado não constituiu o Relator. Esta tem Relator. Esta fez uma opção por debates com a sociedade. O Senado não fez. Qualquer mudança nesse procedimento a Presidência vai se curvar diante de requerimento e que a maioria delibere. A maioria deliberou, a Presidência se curva e vai cumprir.

Com a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, então farei o requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu quero fazer um comentário a partir da colocação de V.Exa. Acho que a todo instante, numa mesma reunião, as mesmas queixas e as mesmas propostas de mudança de rumo do trabalho desta Comissão têm sido a tônica que caracteriza esse processo que estamos desenvolvendo aqui. V.Exa. tem toda a razão.

Houve uma certa pressão depois de se ter anunciado que o Senado havia concluído. Concluiu, sim, mas concluiu uma proposta que sequer foi discutida com as bancadas que têm assento naquela Casa. É uma Comissão constituída por deliberação unitária, vertical da Presidência do Senado. As bancadas não se fizeram representar como conjunto dessa Comissão, nem a proporcionalidade da Casa. Portanto, aquela proposta sequer expressa a média de opiniões e de posições daquela Casa. Imagine quando aquela proposta chegar ao plenário do Senado.

Então, pode parecer que eles estão sendo mais eficazes do que nós, mas no resultado final, quem sabe não se consiga construir algum consenso possível nesse processo que está sendo adotado aqui, que a meu ver é o que interessa.

Sr. Presidente, eu não quero discutir se sou a favor ou não de financiamento público de determinada forma ou de outra; porque tenho uma insatisfação persistente por não conseguir entender um processo de reforma política fatiado; porque concebo todo o sistema como um todo integrado, com uma coerência interna que aponta para uma direção. Isso é que é sistema. Se alterarmos um elemento, ele pode não funcionar.



Se partíssemos de uma análise das críticas que nós e a sociedade fazemos, atacadas permanentemente pela mídia, poderemos nos perguntar quais são os problemas do sistema político brasileiro. Fala-se da crise de representação. Dizem que os representantes não representam de fato o conjunto dos segmentos da sociedade. Há um déficit democrático de representação, e um largo segmento da população não está representado: mulheres, negros, índios, etc. Portanto, há uma deficiência de representação do nosso sistema.

Em relação à questão partidária, nós não tocamos ainda nesse assunto. Todo mundo se queixa dos partidos. E quando se fala, por exemplo, em lista pré-ordenada, definida no âmbito interno dos partidos, a alegação que se faz é que isso vai reforçar os coronéis dos partidos, que o poder dos coronéis vai aumentar e serão excluídos aqueles que não são amigos do rei ou dos coronéis dos partidos. Essa é a realidade.

Não se falou até agora sobre as mudanças que precisam ser feitas no quadro partidário para corrigir essas e tantas outras deficiências. Por exemplo, não se sabe mais qual é o projeto político de cada legenda, os valores, as concepções, o programa, a ideologia e a identidade dos partidos políticos. São todos absolutamente “uniformizados”, entre aspas, a serviço não de um projeto de Nação, mas de um projeto pontual, conjuntural, numa relação com determinado poder que não é aquele construído a partir de um pacto da sociedade com ela mesma.

Sr. Presidente, nós fazemos parte de uma Federação cheia de desequilíbrios e defeitos. No pacto federativo não há equilíbrio entre as três esferas. Há uma concentração de poder na União e uma diminuição acentuada dele à medida que se aproxima da fonte do poder, que é o povo.

Assim, Sr. Presidente, eu citaria uma série de aspectos que estão na raiz das críticas ao nosso sistema político. Ou nós estamos nos recusando a fazer isso, com resistência, ou não estamos prontos para fazer uma avaliação de todas essas questões, para pensar da seguinte forma: *“Somente um projeto pronto ou uma lei aprovada não muda nada, porque sistema político é mudança cultural, processo e construção coletiva, estratégica, numa perspectiva de tempo.”* Mas é possível começar, passo a passo, eleição a eleição a fim de responder a uma pergunta que nós não fizemos. Eu não ouvi nenhum Parlamentar se perguntar: *“Reforma política*



para quê?” Nem ouvi resposta a essa pergunta. Uma outra pergunta que não nos fizemos: “A quem interessa a reforma política?”

Sr. Presidente, há consenso ou não? Isso aponta para uma perspectiva de se conseguir resultados, não apressadamente. Ou seja, daqui a não sei quantos dias apresenta-se uma proposta, vota-se a matéria porque há um requerimento. Eu me recuso a fazer isso porque acho que não acrescenta, não aperfeiçoa e não promete mudanças.

Sr. Presidente, discutir com o povo é importante porque ele é a maior vítima de um sistema defeituoso com sub-representação e déficit democrático. Eu aceitaria dizer: *“Nós queremos uma reforma política para radicalizar a democracia e fortalecer a soberania popular”*. Aí, sim, vai ao povo. Sr. Presidente, o povo está fazendo reforma à nossa revelia. A Ficha Limpa foi uma imposição do povo. Ou não foi? Quem fez a lei da anticorrupção eleitoral foi o povo, com projeto de lei de iniciativa popular. Daqui a pouco o povo dirá: *“Para que eu quero votar em Deputado se para mudar alguma coisa temos de ir para a rua coletar assinaturas?”*

Sr. Presidente, eu nunca vi tanto debate político nesta Casa, em Comissão alguma. Inclusive, quero elogiar todos pela qualidade do debate. Os Parlamentares que têm participado, que têm feito intervenções aqui, têm um nível de entendimento e de compreensão dessa questão que não costumo ver nesta Casa nesses anos todos em que estou aqui.

Então, Sr. Presidente, com paciência, temos de construir, acumulando consensos progressivos. Vamos conversar com o povo e explicar por que se fala em financiamento público, em lista, etc. E no prazo dado de 6 meses, com esse método e esses procedimentos que V.Exa., em comum acordo, com a aprovação da maioria, se não da totalidade, da maioria... Por que mudar esse método, esse procedimento? Por que não seguir adiante? E no meio, ou final desse processo devemos fazer um balanço para saber o que se acumulou até agora e o que falta acumular.

Acredito inclusive que isso pode influenciar uma certa mídia que não tem interesse em avançar na democracia no País, uma certa mídia que só tem interesse em escândalos, em desgastar a instituição, em desmoralizar o Parlamento. Lamentavelmente, essa mídia, que é um serviço público, uma concessão pública, um patrimônio do povo, não está a serviço da democracia.



Nós, junto com o povo, temos de defender a democracia. E, lamentavelmente, não há de parte da mídia interesse nessa mudança porque ela evidentemente vai assegurar princípios democráticos e conquistas obtidas em 1988.

Não se falou até agora em democracia direta e participativa. Eu sei que o assunto está na agenda de V.Exa. E são componentes da democracia. Não há democracia representativa forte, consolidada, legítima sem as democracias participativa e direta. Eu penso assim.

Peço desculpas por ter-me estendido. Mas eu tenho uma dificuldade em fatiar esses temas e ser capaz de elaborar alguma proposta convincente e consistente sem uma preocupação com o repartimento de um aspecto em relação a outros que compõem, constituem e estruturam um sistema. Nesse caso, um sistema político.

É este o meu pensamento, Sr. Presidente. Acho que dessa forma avançaremos.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, quero apenas informar que, falhando esta Comissão, está sendo organizada pela sociedade uma subscrição com 2 milhões de assinaturas, o dobro do Ficha Limpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não entendi a observação feita por V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Falhando esta Comissão, se porventura não dermos conta do recado, está sendo feito um movimento popular com 2 milhões de assinaturas para realização da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Responderei a V.Exa. mas devo dizer ao Plenário o seguinte: a Presidência só terá legitimidade nas suas ações se cumprir o Regimento e a vontade da maioria deste Plenário. Eu cumprirei o Regimento e a vontade da maioria, mesmo tendo posição contrária. Dito isso, digo à Deputada Luiza Erundina que concordo com S.Exa. integralmente. Agora, na hora em que o Plenário mudar, seguirei a sua vontade, porque pretendo continuar presidindo com legitimidade. Mas concordo com V.Exa. cem por cento.

Esta Comissão não vai fracassar. Ela vai apresentar uma proposta, e tenho plena convicção disso, sobretudo porque eu não estou aqui, na condição Presidente, conduzindo os trabalhos, preocupado com o consenso. Isto aqui é o Parlamento, e Parlamento é casa de dissenso, de discordância. As questões nesta Casa devem



ser deliberadas, e se constrói a maioria. Se o Congresso Nacional não conseguir construir essa maioria, naquelas deliberações em que se exige três quintos, e se não adotarmos o plebiscito, é bem empregado que o povo venha e faça a reforma que não tivermos condições de fazer. Como, aliás, fez com o Ficha Limpa.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - De várias formas, várias propostas foram feitas aqui.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concederei a palavra a V.Exa. daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Não, é pela ordem. Que se siga a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há uma palavra pela ordem do Deputado Newton Cardoso.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, o Senador Calheiros trouxe aqui uma proposta escrita, que a Câmara não votou. E vários Deputados trouxeram a plenário várias propostas, que a Câmara também não votou.

Portanto, a preocupação da sociedade brasileira é que esta Comissão, que é a alma da Nação, dê conta do recado. A imprensa tem nos ouvido a cada momento.

Tenho certeza de que V.Exa., um ex-Senador, homem probo, sério, competente, vai levar essa reforma adiante. Nos prazos certos nós vamos votar essas propostas para sermos maioria e para darmos uma resposta digna ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A resposta a V.Exa. é a mesma que dei ao Deputado Augusto Coutinho.

O Deputado Alfredo Sirkis deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Desejo que se siga a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu sigo a ordem de inscrição, mas, como dei a palavra a V.Exa. pela ordem, tenho obrigação de dar a



palavra ao Deputado Newton Cardoso. Não vou cercear o direito de nenhum Parlamentar fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Se V.Exa. consultar a gravação verá que não houve pedido de palavra pela ordem. Mas tudo bem, não vamos perder tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu vou seguir a ordem de inscrição, como estou seguindo, mas se alguém me pedir a palavra para uma questão de ordem ou pela ordem, eu vou conceder.

Com a palavra o nobre Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, na arguição da Deputada Luiza Erundina, ela diz, com todas as letras: *“As perguntas que se deve fazer como premissa para que se estabeleça qualquer tipo de consulta interna ou externa de processo de mudança são: para quê e para quem”*.

Para quê? Ora, queremos fazer uma proposta de solução do sistema eleitoral que permita ao eleitor ter o direito de eleger, com absoluta e cristalina simplicidade, o objeto que ele elegeu para a função que deve ser desempenhada, assim como ele elege a televisão que ele quer comprar, o carro que ele quer comprar, o supermercado em que ele quer comprar. Ele os elege pelo poder do bolso e pela vontade de comprar. Ele elege desde que acorda. Elege até a cama onde dormir. Ele só não elege na eleição em que somos eleitos, porque ele não sabe exatamente o que está elegendo; ele elege qualquer coisa para qualquer lugar. Muitas vezes, elege cidadão para fazer formulação de solução de vida e acaba elegendo um ponto comercial ambulante.

Então, a primeira premissa é: queremos fazer uma transformação para conceder ao eleitor o direito de eleger, com informação, com a maior proximidade possível, o *(ininteligível)* de informação que ele tem quando delega algo a alguém por procuração eleitoral.

A segunda premissa: queremos um partido político que tenha reforçado o seu tecido partidário, que tenha condição de dizer para a pessoa, com clareza, que diferença de pensamento ele tem com relação ao outro partido e possa eliminar essa diferença.



Nós temos hoje um projeto pedagógico homogêneo, porque ele tem que estar adequado a qualquer plateia que nos ouça ocasionalmente. Dependendo da praia, eu mudo o discurso. Eu tenho de ser amável, uma verdadeira massa mole que se prega em qualquer parede.

Se formos para o voto em lista fechada, teremos de definir propostas claras, redefinir o jeito de fazer política.

Então, são duas as premissas: primeiro, reforçar o tecido partidário; segundo, conseguir ter um instrumento que dê ao cidadão o direito de eleger alguém que represente sua fiel vontade. Por último, plebiscito. Ora, meu irmão, eu acho isso uma delegação de competência extemporânea e — com o perdão da palavra, porque ela é forte, e eu digo de propósito —, irresponsável. Para este sistema o eleitor não sabe sobre o que decidir. Votar em quê e como? Essa é uma transferência de responsabilidade de alguém que não quer decidir nada. Pergunte a um cidadão que nunca viu caviar se ele gosta de caviar. Qual é a opinião dele? Não sabe! Ele ouviu dizer, mas não sabe se gosta.

É preciso perceber que esta Câmara é um laboratório com todos os instrumentos necessários para formular a solução devida para as pessoas. É aqui que temos que fazer esse processo. E eu acho que nós estamos em condição de fazer esse debate.

Portanto, eu lamento — e tenho certeza de que foi porque Deputado Henrique Fontana teve um problema de família, um acidente com o filho —, mas eu achei que esta Comissão teria uma proposta de trabalho no primeiro dia, quando abrísssemos os trabalhos, uma pauta com critério e método para nós, os 41 Deputados, podermos votar. Pauta com os temas 1, 2, 3 e 4 para votarmos. Achei que haveria uma proposta de trabalho.

Eu não posso dizer que — vou estar criticando — está mal ou está bem, mas se tivéssemos uma propsta de trabalho, estaríamos caminhando escada acima ou escada abaixo. Assim, nem sei em que degrau estou!

De qualquer sorte, quero deixar claro que esta discussão é elucidativa. Muitos de nós saímos daqui com o discurso modificado, e vamos chegar a uma média de pensamento, porque o que se toma normalmente é a média entre o café amargo e o açúcar doce. Não vai sair daqui o voto de lista clássica, como eu gostaria, não vai



sair certamente nem o distrital misto alemão, mas poderá sair um sistema que nos permita fazer com que o eleitor se aproxime mais da realidade da sua expressão de vontade. E que possa ser uma modificação que retire desta Casa o Deputado a cabresto, que vota no que ele não acredita para não perder a emenda; o cidadão que cumpre o périplo nos Ministérios para pagar o favor de quem o financiou. Quem sabe nós reduziremos muitos pontos comerciais e acabaremos elegendo pensadores da solução do Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, a reunião de hoje foi designada com pauta previamente estabelecida: discussão do financiamento de campanha.

A Presidência se sente na obrigação, quando a fala do Parlamentar não diz respeito ao mérito do tema mas a questões de encaminhamento — e eu vejo esse tipo de intervenção com legitimidade, a exemplo do que o Deputado Alceu Moreira fez neste instante —, de dar explicações, sobretudo porque há críticas ao processo de encaminhamento.

Quando eu pretender falar sobre o financiamento, vou passar a palavra ao Deputado Edinho Araújo, sentar-me ali e discorrer sobre o tema. Eu falo aqui da Presidência porque refiro-me a uma crítica que S.Exa. tem todo o direito de fazer. Acho apenas que foi um equívoco S.Exa. dizer que o Relator Deputado Henrique Fontana tinha uma proposta de pauta e uma agenda, mas não as apresentou por problemas de ordem familiar.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu gostaria que S.Exa. tivesse uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu devo dizer que S.Exa. tinha e foi apresentada, porque o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados esteve presente a esta Comissão, estabeleceu a justificativa da ausência do Relator previamente escolhido por esta Presidência, diante do entendimento político, e pediu a designação de um Relator substituto, que tinha a agenda a apresentar — e apresentou.

Posteriormente fizemos reuniões com representantes das bancadas e estabelecemos a pauta de discussão. No Item 1, sistema eleitoral; no Item 2,



financiamento de campanha; no Item 3, a judicialização do processo eleitoral e a criminalização da propaganda eleitoral; no Item 4, formas e métodos de instrumentos de prática da democracia direta. Ficamos nos primeiros quatro para, logo a seguir, em outra rodada de reunião com os representantes, estabelecermos a ordem de apresentação dos temas entre aqueles previamente apresentados em número de 18.

Portanto, não foi por ausência de proposta. A proposta houve e foi do Relator do Partido dos Trabalhadores, com a presença do Líder nesta Casa. O que está sendo feito aqui é exatamente aquilo que a maioria determinou e o Relator estabeleceu. Se tivermos que mudar esse ritmo, mudaremos. Mas mudaremos não por sugestão, mas por requerimento aprovado pela maioria.

Quanto à questão do plebiscito, permito-me discordar de V.Exa. dizendo o seguinte: quando se fez o plebiscito sobre o sistema de Governo, parlamentarismo ou presidencialismo, eu poderia aqui dizer que aquele pudim a população não conhecia? Nós tivemos um período de propaganda eleitoral e a sociedade foi esclarecida sobre o que significa presidencialismo e parlamentarismo.

Ora, o plebiscito pode ser estabelecido com dois temas, exatamente aqueles dois sistemas que tiverem o acolhimento por voto no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E a população terá tempo suficiente para entender o que é lista preordenada fechada e o que é voto majoritário na circunscrição ou distritão, se esses dois forem os mais votados; ou o sistema atual que vigora hoje, ou o distrital ou distrital misto. Enfim, fórmula existe. Não se trata de levar o tema para a população para que ela tome uma decisão sobre aquilo que não conhece.

Eu confesso — embora afirme que não ouvi isso de V.Exa. —, por antecipação eu digo que não sou daqueles que desacredita na sabedoria do povo. Eu não desacredito. A meu ver, o povo é sábio. O povo pode não ter formação científica, acadêmica, mas tem sabedoria.

Com a palavra o Deputado Edinho Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema é financiamento de campanha. Se perguntar à população se há financiamento de campanha hoje, ela dirá que não há financiamento público de campanha. Todos nós sabemos que a televisão gratuita é paga, há financiamento



público na campanha. Os partidos recebem o Fundo Partidário. Portanto, há dinheiro público nas campanhas. Por isso, a expressão correta é "financiamento público exclusivo". É isso que se discute: financiamento público exclusivo.

Portanto, são questões meramente pedagógicas. Mas precisamos aqui fazer essa análise, essa reflexão, para que nós possamos entender que se trata de financiamento público exclusivo de campanha.

Sr. Presidente, a Comissão hoje está vivendo um momento de muito autocrítica. Creio que nós estamos nos cobrando muito. O Senado parece que terminou o seu trabalho, em termos de Comissão, como disse aqui a Deputada Erundina. O que é Comissão? Tomemos o exemplo do nosso partido, o PMDB. Quando aqui falam os seus integrantes, eles falam pela bancada do PMDB? Não, não falam pela bancada do PMDB. Nós temos partidos, nós temos a Comissão, nós temos o Plenário, nós temos duas Casas — sistema bicameral, Senado e Câmara. Vejam quanto de caminho temos pela frente! E esta Comissão, disse o Presidente ainda há pouco, numa reunião de bancada, começou seus trabalhos — corrija-me o Presidente — no dia 2 de março. Estamos hoje no dia 12 de abril, portanto faz 40 dias do início. Discutimos um tema fácil? Se fosse fácil não estaria na Casa há mais de 10 anos, Deputada Erundina. Eu saí daqui 10 anos atrás, e já se falava em reforma política. A senhora estava aqui, alguns outros companheiros também, como o Deputado Newton Cardoso. Portanto nós temos de ter a consciência de que este não é um tema fácil.

Nós vamos partir para audiências públicas nas regiões do País, em alguns Estados. Há uma agenda, um cronograma, um calendário. Vamos ouvir a população. Eu acho que este será um grande momento, Deputada Erundina. São Paulo, em 6 de maio, se não me engano, na Assembleia Legislativa do Estado. A Frente Parlamentar é mista, com participação da sociedade. Acho que este é um momento importante.

Sr. Presidente, estou otimista com relação ao trabalho da Comissão. Estamos debatendo muito, e de forma democrática. Todo mundo aqui tem expressado seu sentimento. Ninguém pode reclamar de que não tenha tido a oportunidade de expressar aqui os seus sentimentos, o que pensa a respeito deste tema. É claro — não vou mentir — que ouço dizerem que não vai haver reforma política nenhuma,



que vai ficar tudo como está. Mas não creio. Se eu não acreditasse no trabalho desta Comissão eu não estaria aqui.

O Presidente do nosso partido, Vice-Presidente da República, Michel Temer, defende a tese do distritão, que é uma eleição majoritária. Quero explicitar aqui que eu defendo a tese de que é possível, sim, caminharmos para o voto distrital misto: o distritão mais uma lista preordenada. Alguns partidos têm explicitado essa preferência. O PT, por exemplo, juntamente com outros partidos, como o PV. O PV também admite o distrital misto, ou só a lista preordenada? *(Pausa.)* Plurinominal. O PMDB está fazendo essa discussão, sob a Presidência do nosso Líder, o Deputado Henrique Eduardo Alves, e eu quero dizer que acredito que a democracia do nosso País avançará muito com o fortalecimento dos partidos, com a lista preordenada e com o distritão, que corrige algumas distorções, no meu entendimento. E eu acho que é possível o financiamento público de campanha nesse sistema misto. Financiamento apenas para a lista preordenada? Pode ser. Ou também para o distritão, e neste caso haverá uma legislação, haverá fórmulas. O que não podemos é ter um sistema em que só ganha as eleições quem tem muito dinheiro, quem é ligado a grandes estruturas de corporativismo. É isso que não pode ocorrer. Assim estaríamos impedindo a participação do jovem, da mulher, do negro, das minorias.

Quero, portanto, defender que é possível o voto distrital misto com financiamento público de campanha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, estou inscrito para debater o tema de hoje. Passo, portanto, a Presidência ao Sr. Deputado Edinho Araújo. Sou o último inscrito, mas tive a informação da Secretaria de que foi aberta uma nova lista de inscrição. O Sr. Deputado Alfredo Sirkis encontra-se inscrito e tão logo iniciemos a segunda rodada S.Exa. terá assegurada a palavra.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, tenho que participar de reunião da bancada do meu partido na qual, justamente, devo informar sobre os



trabalhos desta reunião. A reunião está marcada para as 17 horas. Portanto, não poderei continuar nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar, precisei me retirar e retornei. Se V.Exa. puder reativar minha inscrição, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com toda certeza.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - A única forma de eu poder permanecer seria se V.Exa. trocasse comigo a posição na ordem de inscrição. Caso contrário, terei de ir para a outra reunião. Talvez não haja problema para V.Exa., uma vez que já fez diversas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se V.Exa. me der o prazer de me ouvir também, trocarei. Acho importante que V.Exa. me ouça.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - O problema é temporal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. é um interlocutor extremamente importante para mim.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim, mas, veja bem, meu horário era às 17 horas, já são 17h15min e eu não posso mais ficar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Prometo que falarei só por 5 minutos e gostaria de ouvir V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na qualidade de Parlamentar membro desta Comissão, declaro meu voto contrário ao financiamento público de campanha. Votarei contra essa tese em qualquer momento. E justifico. Sempre que um escândalo eleitoral, de caixa dois, de corrupção vem a público, alega-se que se deu em razão da falta de financiamento público de campanha. Ledo engano.

Não tenho disposição de dizer isto à opinião pública, à sociedade: aprovado o financiamento público por essa justificativa, a sociedade, após a primeira eleição, na eleição seguinte vai repudiar mais ainda a classe política, porque chegará à conclusão de que o financiamento público serviu apenas para financiar a campanha dos que não têm recursos — concordo — e aumentar o volume de recursos dos que



já possuem recursos para o financiamento, pois o financiamento público não tem o condão de acabar com o caixa dois. Sou, portanto, contrário. Se a classe política brasileira vivesse outro momento, um momento em que um Parlamentar ou um executivo, ao chegar a um estádio de futebol, fosse aplaudido pelo povo, eu votaria a favor. Imaginem, numa campanha eleitoral, o carro de som de um candidato passa e o eleitor diz: *“Aquele está ali gastando o dinheiro que deveria servir para abastecer o posto de saúde para o meu filho se tratar”*. Não tenho coragem de dar meu voto a essa tese. Acho que a classe política não se encontra no momento de pedir isso à população. Portanto, sou contrário ao financiamento público de campanha. O que se precisa buscar são instrumentos de coibição, de proibição, de punição aos que fazem uso de caixa dois. É preciso aperfeiçoar a sistema.

Até deixo como sugestão, como proposta a adoção de um financiamento privado diferente, que pode ser feito pela pessoa física ou pela pessoa jurídica, até mesmo nos termos permitidos pela legislação atual, não ao candidato, mas ao partido, e o partido se encarregar de fazer o gasto de campanha de forma coletiva, para todos os candidatos, utilizando apenas um caixa, com maior controle e com maior publicidade diante do fato de que a empresa ou a pessoa física faz a sua doação ao partido e o partido administra os recursos de forma coletiva.

Isso vai acabar com o caixa dois? Não. Mas vai acabar com o financiamento de forma pública e direta, salvo por parte daqueles que desejarem continuar na promiscuidade da relação candidato/Parlamentar/pessoa física/pessoa jurídica. O financiamento é com o partido.

Portanto, essa é a defesa que faço. Ou seja, sou completamente contrário ao financiamento público de campanha, por essas duas razões. Entendo que o financiamento deve continuar exatamente como é hoje, com a possibilidade desta alteração: não se permitir o financiamento e essa enormidade de contas e de prestações de contas; permitir-se apenas uma, a partidária ou a do comitê eleitoral.

Essa é a proposta que deixo à Comissão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, antecipadamente pedindo desculpas porque vou ter que me retirar logo depois desta intervenção, em virtude de reunião do meu partido exatamente sobre este tema, devo dizer que precisamos despolarizar um pouco esta discussão.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, o financiamento público existe; existe no fundo partidário e no tempo de televisão. Na verdade — e aí me refiro aos defensores do financiamento público exclusivo —, vejo esse tipo de financiamento com alguns problemas, além dos que já foram mencionados aqui.

Por exemplo, nós enfrentamos a ideia de que o voto por lista, quer puro, quer com componentes, como eu estou propondo, de fato, não vai representar simplesmente o domínio dos caciques partidários sobre o partido e que o processo para a elaboração da lista será democrático. Então, nós concebemos convenções altamente representativas, com grande mobilização da militância; concebemos até eleições primárias entre os filiados para a constituição da lista.

Considerando que isso também é uma campanha, que incorre em custos, a minha pergunta é a seguinte: vamos ter também financiamento público para as eleições primárias dentro dos partidos para efeito de elaboração da lista?

Nós temos de assumir que temos um sistema misto e trabalhar na reforma desse sistema. O que proponho, no contexto do voto distrital misto plurinominal, é o seguinte: no componente proporcional, o financiamento exclusivamente público; no componente majoritário, majoritária, o Estado dividido em grandes distritos de pelo menos oito Deputados Federais, número correlato e proporcional de Deputados Estaduais, de oito a doze, divisão dos Estados que tiverem mais de oito Deputados, ou então, outra possibilidade, pura e simplesmente o chamado “distritão”.

Nesse contexto, teríamos a possibilidade de haver, em uma conta separada, aportes de empresas, sindicatos, associações de classe e ONGs para um fundo que os partidos distribuiriam de forma igualitária aos oito candidatos, ou aos dez candidatos, que haveria no componente majoritário das eleições. Então, teriam que ser distribuídos por igual esses recursos entre os oito candidatos. No fundo, os partidos teriam interesse em apresentar um número menor de candidatos, porque quanto menor o número de candidatos maior a chance de se eleger. Claro que o partido quer eleger mais de um. É um cálculo delicado, mas não é uma quantidade muito grande de candidatos, o que permite que o partido distribua de forma equânime os recursos dessa segunda conta, na qual haveria aportes de pessoas jurídicas. Mas essas pessoas jurídicas não seriam, como hoje, exclusivamente



empresas. Por que empresa, e não sindicato, e não associação de classe, e não ONG — pessoa jurídica.

Além disso, os candidatos, individualmente, poderiam ter uma conta de campanha, mas os aportes a essa conta seriam feitos exclusivamente por pessoas físicas, por doadores voluntários, sendo que, tanto no primeiro quanto no segundo caso, haveria um limite preestabelecido em lei. Não como hoje, que a pessoa declara que vai gastar até tanto e o único limite é o que ela mesma estabelece. Não. Estabelecer-se-ia em lei ou em resolução do TRE — enfim, isso é um detalhe — um limite absoluto, quer para as contribuições de pessoas jurídicas, quer para as contribuições de pessoas físicas. Com isso, teríamos um sistema de financiamento misto, mas que aperfeiçoaria o sistema de financiamento misto que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, ouvindo a argumentação do Presidente Almeida Lima, devo reconhecer que é uma argumentação que tem uma lógica muito clara. Acho que em um debate político em que estivéssemos debatendo somente o financiamento poderia ser algo com que muitos de nós poderíamos concordar. No entanto, queria levantar um ponto que acho que antecede o próprio financiamento público: a relação da política com as empresas no Brasil.

Nas últimas décadas tivemos a experiência democrática mais longa da história do Brasil. Sempre repito que não sou dos que atacam o atual sistema porque ele propiciou seis eleições presidenciais em plena democracia e, do ponto de vista do meu partido, um crescimento extraordinário, inclusive elegendo três vezes o Presidente da República. Portanto, não temos qualquer interesse partidário em um debate sobre a reforma, mas principalmente o interesse de reforçar aquilo que acreditamos do ponto de vista do caráter republicano e da legitimidade dos representantes políticos do nosso País.

Essa relação entre o mundo político e as empresas tem se tornado cada vez mais tumultuada, derivando para uma série de escândalos decorrentes justamente da necessidade que os dirigentes partidários e os candidatos a cargos proporcionais e majoritários acabam tendo, com a aproximação das eleições, de buscar o



financiamento privado como única alternativa para realizar a campanha eleitoral. Por quê? Porque além de termos no Brasil uma legislação absolutamente permissiva em relação ao financiamento privado — a única limitação que existe é um percentual do faturamento da empresa que doe; sabemos que as grandes empresas muitas vezes estão organizadas em conglomerados, e distribuem as doações —, obviamente temos um problema concreto, que é a suntuosidade que as campanhas eleitorais adquiriram em nosso País.

Lembro-me da campanha para Governador do falecido colega Deputado, antes Governador e Senador, Franco Montoro, em São Paulo. Eu diria que hoje qualquer campanha de Deputado Federal em São Paulo que fique na suplência tem mais qualidade gráfica de *jingles*, de material de campanha do que a do Governador Montoro em 1982. Falo com tranquilidade porque, além de ter sido Presidente do PT municipal em São Paulo, quando a companheira Marta Suplicy se elegeu Prefeita, e Presidente do PT nacional, sou um curioso, um observador atento das campanhas eleitorais, das táticas que os candidatos adotam e posso dizer também, com tranquilidade, que nas últimas eleições consolidou-se a prática da contratação formal, porque a lei determina que assim seja. Depois da crise de 2005 a formalidade ficou mais importante. O Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais deram maior importância a isso. As contratações formais dos chamados cabos eleitorais, que, muitas vezes, chegam às centenas e aos milhares.

Para discutir financiamento público — por isso eu disse que há uma questão que antecede — e para afastar essa dependência extraordinária dos políticos em relação aos recursos das empresas privadas, há que se discutir o que é uma campanha eleitoral. O Presidente falou em carro de som. Da maneira como é usado hoje, o carro de som é um instrumento politizador, que ajuda o eleitor a decidir em quem votar? Será que a profusão de carros de som — em algumas cidades mais que em outras — tem contribuído para a politização da campanha? Será que o tipo de programa eleitoral que se faz hoje na televisão, especialmente os majoritários, é um processo que transmite ideias e conceitos? Ou quem é o melhor comunicador, que tem o melhor equipamento e o maior orçamento? Digo isso com muita tranquilidade porque as três últimas campanhas eleitorais presidenciais mostraram o



volume absurdo de recursos gastos com a contratação não só do marqueteiro, mas da produtora dos programas eleitorais.

Assisti na Europa a algumas campanhas eleitorais em que o Brasil parecia um país muito rico e França e Espanha pareciam países muito pobres, comparativamente. A nossa campanha é suntuosa; a deles é modesta. Bem-feita, mas modesta, quase sem imagens externas, trucagens, sem computação gráfica — esta última vi na França. Era o candidato no estúdio com o logotipo da sua coligação ou do seu partido ao fundo, no cenário, e o letreiro identificando quem era o candidato e ele falando para a câmera.

Sou defensor ardoroso do financiamento público e acho que deveria ser o pilar central da nossa reforma. Temos de estabelecer que esse financiamento público, caso adotemos um sistema eleitoral proporcional, que inclua candidaturas individuais, como é a proposta que o PV está trazendo, que o nosso Relator Henrique Fontana defende e tantos outros, no sentido de tentar buscar um caminho para encontrar uma solução negociada entre nós, caso adotemos esse sistema, temos de discutir o que é uma campanha eleitoral. Para os majoritários, teremos de discutir em qualquer hipótese. Para falarmos em financiamento público de campanha, o orçamento terá de ser moderado. Não podemos exigir um financiamento público nas proporções do que se gastou nas eleições de 2010, que superou 1 bilhão de reais, talvez 2 ou 3 bilhões de reais em todo o Brasil. Se somarmos toda a despesa formal, sem contar as informalidades que persistem no nosso sistema, acredito que teremos de discutir o que é uma campanha eleitoral na televisão, discutir se vamos continuar a fazer um verdadeiro leilão de marqueteiros, que vão trabalhar para o partido que pagar mais e antecipadamente. Temos de discutir isso também, senão discutiremos aqui o financiamento público do faz-de-conta. Vão continuar, como disse o Presidente Almeida Lima, as informalidades, e a população vai continuar desconfiando de onde vêm os recursos para financiar as campanhas eleitorais.

Então, pessoalmente, defendo com ardor e muita convicção o financiamento público de campanha como pilar central dessa reforma, mas acredito que esse financiamento público pressupõe uma discussão do que é uma campanha eleitoral, qual é o conteúdo político do debate que queremos fazer, se é quem pode contratar



o melhor marqueteiro, o mais caro ou o mais suntuoso, que vai fazer o acabamento do programa em Hollywood, ou se é aquele que vai simplesmente assegurar uma boa qualidade de imagem e um cenário adequado para que o candidato possa transmitir a sua mensagem concreta, e não um discurso produzido a partir de pesquisas eleitorais.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não sei se o Regimento permite, mas concedo com prazer o aparte ao Deputado Edinho Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - V.Exa. aborda com muita exatidão, com muita clareza esse tema. Eu vivenciei diretamente duas campanhas municipais com televisão local, em São José do Rio Preto. V.Exa. sabe muito bem disso porque acompanhou de perto. Quanto a essa questão de marqueteiro, de produção de tevê, não sei se estou atualizado, mas, em termos percentuais, o custo da televisão, do marqueteiro, é de um terço a 40%, 50%, sem exagero. Este Plenário sabe muito bem disso. Essa é uma questão seriíssima, que ou enfrentamos, discutimos com clareza, com honestidade, com seriedade, ou estaremos fazendo de conta. Acho que isso é muito sério. A população é incapaz de perceber os truques, porque há muita competência. Lembro-me, e todos os da minha geração vão se lembrar, da campanha de Fernando Collor para Presidente da República. V.Exas. devem se lembrar de que foi algo fantástico. Encontrei-me com uma professora politizada, D. Maria Rocha, minha primeira professora lá em Santa Fé: "*Nossa, Edinho, você viu o programa dele, aquele caçador de marajás?*". Ela e milhões de brasileiros empolgaram-se. E os partidos, naquela ocasião, cederam os tempos na televisão para que ele pudesse se apresentar. Então, acho que essa questão que V.Exa. levanta é da maior importância. Ou discutimos isso ou estamos fazendo de conta. Acho que foi muito oportuno e queria cumprimentá-lo por ter levantado e discutido essa questão com tanta clareza.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Agradeço ao colega e companheiro Edinho Araújo. Conhecemo-nos muito da política de São Paulo.

Quero só dizer, para finalizar, que poderíamos, dentro deste debate, sugerir ao Presidente, ao Relator e a toda a Comissão que fizéssemos um debate para falar



sobre o que se pode entender como uma evolução — no caso, uma volta ao passado, ao que era a campanha eleitoral anteriormente. Nesse sentido, a volta ao passado pode ser uma evolução ou aperfeiçoamento para que possamos ter campanhas mais eficazes, do ponto de vista político, e menos caras, do ponto de vista da produção.

Acho que assim seria possível estabelecer claramente o que é um teto de gastos para campanha de Presidente, de Governador, de Prefeito e dos cargos proporcionais.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Permite-me um aparte, rapidamente?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - O modelo de publicidade, de propaganda permitida à campanha eleitoral não depende de financiamento público ou privado. Esse é um modelo. Se se quiser fixar que ele só pode ter um santinho e um quadro branco atrás e um microfone para falar, estabelecem-se os limites; e isso não é decorrência do sistema de financiamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Só para concluir, a partir de seu aparte, quero dizer que, na verdade, no caso de uma proposta de financiamento público no sistema atual, o Orçamento ficaria tão absurdo por eleitor que teríamos uma rejeição concreta da opinião pública, dos eleitores; teríamos a possibilidade de, com a limitação, estabelecer claramente qual é o potencial de apropriação de recursos do Orçamento de que vamos necessitar para organizar uma eleição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Berzoini, acho que estamos num ponto muito positivo da nossa reunião. E eu tenho insistido, nas entrevistas que dou, sempre nesse sentido. Sou um defensor do financiamento público exclusivo e sempre profiro a frase completa: financiamento público exclusivo, com forte redução nos custos de campanha.

Havia pedido informalmente ao Presidente, mas peço à nossa Assessoria que encomendemos, em nome da Comissão, com a assinatura do Presidente, o cálculo junto ao TSE de quanto custou a eleição de 2010, o somatório dos gastos de todos os candidatos a Presidente, de todos os candidatos a Governador, de todos os candidatos a Senador, Deputado Estadual, Deputado Federal, para mostrar quanto custa uma campanha hoje e quanto podemos barateá-la e torná-la mais politizada.



Assim nós vamos inverter a lógica do debate com a sociedade, que às vezes é contra o financiamento público por não perceber um conjunto de argumentos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Berzoini, pelo que todos entendemos, permito-me dizer isso, a preocupação é exatamente com o discurso de campanha, com a campanha eleitoral, com a propaganda eleitoral, que passemos a nos preocupar com o conteúdo, e não com a forma. Ou seja, a forma — a maquiagem e os truques — é o que realmente encarece a campanha; o conteúdo, não.

Adoro o debate. Confesso que mudo muito a minha opinião por conta dos argumentos. A adoção do financiamento público de campanha seco da forma como está sendo discutido tem o meu voto contrário. Posso mudar minha posição a partir do instante em que, no debate, se propõe alterar outros pontos, se propõe uma campanha sem maquiador, sem diretor de luz, de imagem, sem produtor disso e daquilo, sem trilhos, coisas que levam o preço da campanha para a estratosfera. Não vejo como o povo entender custos dessa ordem.

O Deputado Ricardo Berzoini concluiu com meu aparte a sua intervenção.

Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas, temos insistido, nesta Comissão, em alguns pontos que entendo consensuais na Casa. O primeiro é que o sistema atual exauriu-se. Encontrei uma única pessoa, durante toda a convivência aqui, que defende o sistema atual, que eu acho que está vencido. Todos querem sair desse sistema, que propicia campanhas caríssimas. O fundamento, um dos principais motivos por que as campanhas são tão caras é que elas são individualizadas. Cada Vereador do Brasil faz uma campanha própria, com cartaz próprio, carro de som próprio, *jingle* próprio, propaganda própria e até proposta de governo própria. Cada Deputado Estadual e cada Deputado Federal fazem a mesma coisa. E, o que é mais grave, com uma despolitização completa das campanhas.

Eu pergunto: com o tempo de televisão que temos hoje, em São Paulo, com mil e tantos candidatos a Deputado Federal, o eleitor tem condições de saber o que pensa cada candidato? É lotérico! Nem sei como ele vai escolher o seu candidato.



Além de as campanhas serem caríssimas, são fratricidas. Elas colocam o partido contra o próprio partido. Isso é uma negação absoluta dos próprios termos do que seja um partido. Como nós somos do mesmo partido, comungamos da mesma ideia, temos o mesmo programa, lutamos pela mesma causa e você é meu adversário na campanha eleitoral? O principal adversário! Existe a preocupação com os votos que os outros partidos têm, mas, dentro do partido há a preocupação se o fulano vai ter mais votos, há a torcida para o companheiro, muitas vezes um amigo, ter insucesso eleitoral.

Precisamos mudar isso. Não podemos sair dessa reforma sem mudar o sistema eleitoral que temos hoje no Brasil. Esse é um bem que nós vamos fazer a nós mesmos, às nossas consciências, ao nosso País e às futuras gerações, que vão usufruir de um sistema melhor que o atual. Todos nós estamos insatisfeitos com o sistema eleitoral que temos, e o eleitor mais ainda. É um sistema que não agrada a ninguém, nem ao eleito, nem ao eleitor. Então, precisamos mudá-lo.

Vamos mudá-lo? Não custa nada dar uma olhada no mundo. O que funciona no mundo? No mundo temos apenas dois sistemas: o sistema majoritário distrital e o sistema proporcional.

Onde funciona o sistema majoritário distrital? Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Índia, na Austrália. Acho que quem defender esse sistema terá bons argumentos, estará bem acompanhado pelo resto do mundo.

E qual é o sistema proporcional? Esse funciona na Suécia, na Suíça, na Espanha, em Portugal, na Argentina, no Uruguai. E funciona bem. Quem está defendendo esse sistema também estará bem acompanhado.

Só há esses dois sistemas. Qual é a diferença? O sistema proporcional é uma evolução ou é uma reação ao sistema majoritário, que é o sistema original, o sistema primário das democracias mais antigas. O sistema proporcional veio como uma contradição, uma evolução ou uma oposição ao sistema majoritário. Por quê? Porque se sou minoria num distrito eu nunca vou me representar, porque o sistema proporcional só permite a manifestação das maiorias. Então se criou o sistema de ideias, de programas, de doutrina, de filosofia, de conceitos.

No sistema proporcional que existe no mundo, o eleitor não vota no candidato. Ele vota no programa, vota no partido. Na Suécia é assim; na Espanha é



assim; na Suíça é assim. Vota-se no partido porque se está votando no programa. E os programas têm que ser distintos, cada partido tem que ter o seu programa. O eleitor vota em tal partido porque defende a livre iniciativa; ou vota em outro partido porque defende a reforma agrária; ou vota em outro partido porque defende a agricultura familiar. E por aí vai.

Os dois sistemas têm vantagens e desvantagens. Qual é a maior vantagem do sistema majoritário? A proximidade do eleito com o eleitor. Aqui, quer queiram ou não, o candidato tem preponderância sobre o partido. *“Eu voto no Henrique Fontana.” “Por que você vota no Henrique Fontana?” “Porque eu o conheço, ele é do meu distrito, a gente jogava bola quando era menino. Ele frequenta o mesmo clube que eu frequento, ele gosta de cavalo e eu gosto também, eu admiro o trabalho dele.” “Ah, mas ele é do PT!” “Mesmo sendo do PT eu voto.” (Risos.)*

Esse é o raciocínio do eleitor. Ele vota no candidato porque o conhece. Há uma preponderância do candidato sobre o partido. É o distrito. É o companheiro. É no conhecido que a pessoa vota. Então o Brasil se dividiria em 513 distritos, como nos Estados Unidos, Inglaterra e tudo o mais.

Essa, portanto, é a grande vantagem do sistema distrital. Qual é a grande desvantagem do sistema distrital? É não representar as minorias. Não é justo que as minorias nunca sejam representadas. Começa um século, ela não se representou; termina o século e ela não vai se representar. Ela nunca vai vencer a eleição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Um aparte, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Exatamente isso, só para reforçar. No sistema majoritário pode acontecer uma eleição em que 60%, 70% dos votos dos eleitores sejam perdidos. Se houver quatro candidatos num distrito, um faz 28% dos votos, ganha a eleição, os outros, que fizeram 72% ficaram fora, sem representação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Outra grande desvantagem, pegando o gancho do Deputado Henrique Fontana, é que um partido pode ter 49% dos votos de um Estado e não ter nenhum representante. Na prática isso é impossível, mas teoricamente pode acontecer.



Qual é a grande vantagem do sistema proporcional? É organizar a sociedade em ideias, em programas. *“Eu estou votando neste programa, o partido não cumpriu o programa eu não voto mais nele.”*

E a grande desvantagem é a distância entre o eleitor e o eleito. Aí vieram alguns e disseram: *“Um sistema tem vantagem, o outro tem vantagem também; um sistema tem desvantagem, o outro tem desvantagem também. O que é melhor?”* O melhor é conciliar os dois sistemas. E assim fizeram o México, a Rússia, o Japão...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A Alemanha.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - A Alemanha. Segundo as notícias que temos e o que dizem os estudiosos, são sistemas que funcionam melhor, em que os representantes estão mais satisfeitos, assim como os representados. Eu nunca vi uma pessoa, Deputado Henrique Fontana, falar mal do sistema alemão. Sempre criticam um, criticam outro, mas o sistema alemão é objeto de consenso. Os alemães, conforme informação que tenho, estão satisfeitíssimos com o sistema deles, que é exatamente a junção dos dois sistemas: metade é eleita pelo distrito e a outra metade é eleita pelo partido, pela lista fechada.

No Brasil não é um sistema, nem o outro, nem o outro. Quer dizer, nosso sistema não é o majoritário distrital, nem o proporcional com lista fechada, nem o misto. Nosso sistema é uma anomalia. O Brasil navegando sozinho no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo, permita-me um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Só um minuto para eu concluir.

O nosso sistema é proporcional. No resto do mundo, as pessoas votam no partido, no programa. Aqui, não, vota-se no candidato. Quer dizer, nós juntamos o pior de um sistema com o pior do outro sistema. Aqui se vota no candidato, mas não no candidato do distrito que é seu amigo, seu conhecido. Vota-se no candidato que viu hoje e nunca mais vai ver durante 4 anos. Por exemplo, eu sou do extremo sul do Piauí e tive votos no extremo norte do Estado. Eu não vou estar no norte todo dia, eu tenho de estar no extremo sul, porque eu sou de lá. E aí acontece o que está acontecendo agora, 2 anos depois da eleição se faz uma pesquisa perguntando em quem o eleitor votou, e ele não sabe mais. Se o eleitor não sabe em quem votou, de



quem ele vai cobrar? Não tem a quem cobrar. Então, há essa anomalia no Brasil, que, aliás, não é exclusiva, porque parece que na Finlândia é assim também. Há duas ou três exceções no mundo. É o sistema que propicia isso que acontece hoje.

Vou citar um caso típico do Piauí. Eu e mais três companheiros fomos candidatos. Um dos companheiros era pastor protestante, não foi eleito e ficou na suplência. Eu pergunto: qual foi a motivação das pessoas que votaram nesse pastor protestante? Eu acredito que a motivação era por ele ser um religioso, que pregava a palavra de Deus e tudo o mais. Dos quatro, foram eleitos dois. Desses dois, um ou outro poderia ser ateu, ou mesmo os dois. O eleitor vota num religioso para vir ao Congresso Nacional defender a sua religião, a sua causa, e manda para cá um ateu que é contrário ao voto que ele deu.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Porque a nossa lista é secreta. O eleitor não sabe quem vai eleger.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Esse é o problema. É uma lista obscura, é uma lista oculta. Vota-se no João e elege-se o Pedro. Vota-se num religioso e elege-se um ateu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo, só um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Como V.Exa. falou de sistemas eleitorais e fez uma pontuação dos vários sistemas, a minha dúvida é a seguinte: é possível conciliar a necessidade de sobrevivência dos pequenos partidos políticos com a eliminação, com a extinção da coligação, se o sistema eleitoral for proporcional? Proporcional com lista aberta ou proporcional com lista fechada.

Parece-me que o Berzoini também quer acudir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Permita-me um contra-aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Na verdade, isso já está na elaboração da proposta que foi a votação em 2007, que é a federação de partidos, com a permanência durante 4 anos, para efeito parlamentar, na respectiva Casa Parlamentar, do funcionamento como se um partido só fosse. Mas as instituições partidárias, os diretórios municipal e estadual, continuam existindo como partidos



para o relacionamento com a sociedade civil de maneira geral. Mas, durante o mandato que foi conquistado na Federação, a bancada funciona como se partido fosse, para efeito parlamentar.

Eu acho que isso resolveria esta questão e evitaria que os pequenos partidos tivessem rejeitada uma proposta de reforma que fosse simplesmente por questão de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Marcelo Castro, em primeiro lugar, gostaria de enfatizar a pertinência da sua argumentação, principalmente pelos exemplos: absolutamente simples, cristalinos, mas didáticos, demonstrativos, absolutamente claros. Na linguagem popular, é como se diz: mata a cobra e mostra o pau. A solução está ali.

Eu diria que, quando alguém diz que nós não vamos produzir uma reforma do sistema eleitoral, ou, como comentou o Deputado Ricardo Berzoini, que não é possível descer à estreiteza reducionista da capacidade de vender a campanha política como se fosse embalagem de sabonete, algo bem bonito, hoje fica claro, diante da sua argumentação, com toda a mansidão, que isso é perfeitamente possível.

Nesta Casa só não é aprovado um sistema bem melhor do que o de hoje se nós imaginarmos que é possível, pelo personalismo, tornar vencedora a ideia única. Se tivermos capacidade conciliatória e percebermos que a razão não é o que desejamos, mas o que podemos conseguir entre todas as partes, conseguiremos chegar a uma proposta muito melhor.

Parabenizo V.Exa. pela sua argumentação, porque foi brilhante. Deu-nos nesta reunião talvez o conteúdo necessário para podermos produzir algumas alternativas muito melhores do que as que temos hoje e que não contrariam totalmente nenhum de nós.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Agradeço, sensibilizado, as palavras de V.Exa. A resposta que eu iria dar ao nosso Presidente o nosso outro Presidente Ricardo Berzoini já deu.



Para concluir, quero dizer o seguinte: hoje eu identifico como a maior mazela do nosso sistema eleitoral o financiamento privado de campanha. Eu acho que nele está quase toda a perversão e deformação da política brasileira. A origem, se não de todos os males, pelo menos de 90% dos males da política, vem do sistema de financiamento das campanhas que existe atualmente.

Os candidatos são humilhados. Não me refiro aos candidatos ricos, porque estes não precisam recorrer a ninguém. Eu acredito que o Congresso não é composto apenas de ricos. A pessoa acaba sendo humilhada, corre riscos, depois é o candidato que vai fazer sua campanha individualmente. Imagine, Deputado Henrique Fontana, quanto baratearia a campanha se cada candidato não fizesse sua campanha individualmente? Numa lista fechada, o partido faz a campanha, é apenas uma música, apenas um cartaz: *"Vote no 15, no PMDB, que é o melhor, esse PT não presta."* Não é o nosso caso, porque nós somos bons aliados. *(Risos.)*

A coisa mais importante que podemos fazer nesta reforma é adotar o financiamento público de campanha. Se conseguirmos, ao final desta reforma, aprovar o financiamento público de campanha, teremos dado um salto significativo na moralização da vida pública, na melhoria do conceito dos políticos e da qualidade dos nossos representantes.

Eu não gostaria de terminar esta intervenção sem mencionar algo que me tem preocupado muito, dirigindo-me principalmente ao nosso Presidente e ao nosso Relator.

Como dizia Ulysses Guimarães, nós estamos no ritmo da valsa. O Senado está no ritmo de xaxado, muito acelerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu diria até que o ritmo é de frevo, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pode não ser o frevo do Senado, mas acho que não deveria ser a valsa em que nós estamos, essa lentidão. Se nós colocássemos um sambinha brasileiro no meio, agilizaríamos as nossas propostas. Qual é o meu pensamento?

A reforma política está nesta Casa há mais de 15 anos. Todos somos velhos políticos aqui. Nós que estamos aqui e os que chegaram agora não deixamos de ser políticos. Então, estamos com uma opinião mais ou menos formada sobre quase



todos os assuntos. Algum assunto mais complexo podemos discutir mais, mas hoje, eu, por exemplo, sinto-me preparado para votar. Quer dizer, eu já tenho uma série de opiniões sobre os assuntos que vierem para cá, e acredito que é assim com a maioria de nós.

Então, preocupa-me estendermos demais esse diálogo, essa conversa, essa discussão, e o prazo vencer, porque só haverá reforma política neste Congresso se for no primeiro ano do mandato. Se passar daí, não se faz mais. Setembro é o prazo fatal para quem for concorrer às eleições municipais do próximo ano.

Então, acredito que deveríamos fazer um esforço para ver se até julho conseguimos concluir a nossa reforma. E acho que não cabe a ninguém dizer que isso é uma coisa ruim, que estamos muito apressados, porque é um negócio que todo mundo já vem discutindo há muito tempo. Não é uma pauta nova que chegou aqui ao Congresso.

Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só complementando a fala do Deputado Marcelo Castro, quero dizer que, desde que se faça uma opinião pública, pode aparecer um resultado que dê minoria ao financiamento público. Agora, na minha opinião, primeiro, falta debate; segundo, falta esclarecimento sobre o tema e, terceiro, há, muitas vezes, necessidade de se enfrentar uma circunstância.

Somos representantes eleitos para isso e devemos mostrar os benefícios que virão dessa mudança que estamos propondo. Eu, inclusive, disse ao Deputado Miro, com muita lealdade: plebiscito neste momento significa, na minha opinião, frear completamente a reforma. Agora, depois de duas ou três experiências com o sistema novo que votarmos, com certeza deveremos fazer um referendo para ver se a população quer continuar com esse sistema ou se quer voltar para o antigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Depois de experimentar?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Depois de experimentar.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O Deputado Alceu citou hoje justamente o fato de se perguntar a uma pessoa que nunca comeu caviar se ela



gosta dessa iguaria. Então, vamos botar o camarada para comer caviar durante uns dois meses caviar e, depois, perguntar: “Que tal?”. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se o Deputado Marcelo me permite uma palavra rapidamente, gostaria de fazer uma observação nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Concordo em que, se não há consenso quanto à reforma ideal, há, nesta Comissão, o consenso de que o modelo atual está esgotado, exauriu-se e precisa ser transformado. Então, mudanças ocorrerão.

Concordo em que o nosso ritmo, claro, precisa ser debatido. E será debatido, Relator. Acredito que em suas mãos está uma responsabilidade muito grande, porque o modelo que entendo como sendo aquele que proporcionaria um debate ainda maior é inerente à função do Relator por natureza, ou seja, é essa responsabilidade que está em suas mãos de apresentar uma proposta. Às vezes, começamos a discutir aqui um assunto, e quando não se tem uma coluna vertebral, começa-se a misturar lista aberta com financiamento público, e acabamos cada um caindo no seu gosto popular.

Acho que V.Exa. já está se preparando nesse sentido. Mas para tentar da forma mais célere possível, ultrapassados os prazos de debate, o ideal seria trazer uma proposta, um esqueleto. E, aí, com um texto pronto, iríamos discutindo os pontos. Aqueles que não concordassem com o seu texto, com a sua proposta, apresentariam alternativas, porque votar alternativas, escolher entre alternativas é muito mais fácil do que viver no mundo abstrato e sair construindo uma tese misturando diferentes elementos.

Então, sugiro, Sr. Relator e Sr. Presidente, que V.Exas. apresentem um relatório preliminar, não precisa ser uma proposta pronta e acabada para a votação no final da Comissão. De forma que sugiro que quando o Relator estiver preparado, nas próximas semanas, já apresente uma proposta preliminar, para, em cima desse esqueleto, discutirmos mais 30 dias. Portanto, discutiríamos sobre algo concreto, para podermos chegar à votação, porque se discutirmos no abstrato, para, lá no final de maio, votarmos uma proposta, não vamos ganhar tempo.



Deixo essa sugestão do relatório preliminar para que concluamos os 60 dias de discussão; depois, teremos mais 30 dias de debate, já com a proposta pronta, e, aí, faremos os ajustes. É diferente de se construir uma ideia só.

Concordo com a questão do sistema misto, porque o que tem de acabar nessa prática do voto proporcional aberto, para mim uma das maiores deformações do nosso sistema, é o guia eleitoral do candidato proporcional. Aquela coisa de 15 segundos para o candidato passar uma mensagem é algo que não funciona. A partir do momento em que temos um voto em lista, seja no sistema misto, seja na lista única, todo aquele tempo do partido passará a ser dado para uma única mensagem.

Vejam só a diferença: se o PMDB tem dois minutos e meio; o Democratas tem um minuto e meio, e o PT, 3 minutos, nesse tempo, há condição de se transmitir uma mensagem. Dividir o tempo do partido e dar 20 segundos para cada candidato é inútil, porque ele não consegue falar nada e acaba caindo naquela questão de “*O meu nome é Enéas*”, que virou folclore.

Então, acho que esse sistema proporciona mais o fim dessa deformação. Fica a V.Exa. essa sugestão.

Estou fazendo uma série de audiências públicas para debater o assunto na OAB e nas universidades na Paraíba, por minha conta e risco, e, explicando essa questão do financiamento público, perguntou-me uma pessoa qual é a vantagem do financiamento público. Respondi que a vantagem é a de os candidatos partirem em condições de igualdade. É a partir do mérito e da criatividade de cada um que se vai construindo a campanha. Quando alguém diz que pode haver caixa dois e desvio de recurso privado para usar na campanha, digo: “Olha, é da consciência de cada um, mas vai ser, primeiro, mais fácil fiscalizar porque vão ser menos contas, e auditar. E a partir do momento em que todos partam em condições de igualdade...”. Outro dia, alguém disse : “*Quer dizer então que, no sistema atual, o caixa dois é obrigatório, no outro a opção seria só opcional?*”. E eu respondi: “É, mais ou menos isso”. (*Risos.*)

O caixa dois hoje é obrigatório. Para a candidatura derrotada ao Governo da Paraíba, protocolada, transparente, foram 10 milhões de reais. Então, tem-se um financiamento privado. Com a deformação no nosso modelo atual, há empresa que financia os dois lados, financia a Oposição e financia a Situação. Ela tem ideologia? Não. Ela quer ficar perto do poder. Ganhe quem ganhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É mais seguro assim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, para concluir, Sr. Presidente, essa é a minha posição.

E finalizo reforçando a ideia inicial, para que não se perca no nosso debate, de que o Relator pense seriamente e até discuta com os Líderes, se for o caso, na proposta de apresentar um parecer preliminar, um esqueleto, um texto que entenda ideal ou de sua confiança, para que, a partir daí, a Comissão possa fazer ajustes pontuais, de acordo com a vontade da maioria.

Se nós não tivermos um texto pronto, e for feito aqui o mesmo que estão fazendo no Senado, ponto a ponto, não avançaremos. Eu acho que esta Comissão pode, sim, se diferenciar, Presidente. Enquanto o Senado vota ponto a ponto, nós aqui podemos votar textos prontos. É a opção "a" apresentada pelo Relator. Se o Deputado Alceu, se o Deputado Ronaldo Caiado têm posições diferentes, apresentem um texto pronto para votarmos, porque tem de haver concatenação de ideias. Não se pode sair votando a favor, por exemplo de candidatura avulsa e financiamento público. Como é que se consigna financiamento público com candidatura avulsa, ou seja, sem nenhum partido? Então, fica esse registro.

Mais dois temas serão discutidos nas próximas conferências, e eu, particularmente, antecipo o meu voto: sou a favor do voto livre, do voto facultativo e, principalmente, do fim das eleições de 2 em 2 anos. Acredito que isso é uma banalização do processo democrático.

Hoje, já temos uma democracia consolidada. E acho que, depois da Constituição de 1988, era necessário haver eleição de 2 em 2 anos para consolidar a democracia, o que era um grande desafio e já ocorreu. Agora, porém, o grande desafio da nossa política é a eficiência da gestão pública. Hoje, um mandato de 5 anos confere muito mais eficiência na aplicação de políticas públicas do que os mandatos intercalados de 2 em 2 anos, que engessam e intimidam o gestor, que, em troca de resultados políticos, abre mão das suas convicções na gestão pública.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Apenas para que V.Exa. possa refletir sobre essa questão do prazo.



É bom termos um prazo de 6 meses e executar em 4 meses. Acho que estamos numa situação confortável. É claro que não precisamos estabelecer data neste momento, mas acho que isso é muito importante. É muito forte para mim o argumento de que este é o ano de mudança; este é o ano de reformas; este é o ano de fazermos leis que estão aí no papel, nas gavetas, e pelas quais a sociedade espera há tantos anos.

Então, é muito importante podermos concluir nosso trabalho neste primeiro período do ano, que vai até julho.

Também considero o Relator competentíssimo — e há muitos anos acompanho o seu trabalho. Acho que devemos pensar em explicitar um pouco algumas ideias e também ir buscá-las nos partidos. Claro que há alguns partidos muito mais avançados do que outros, mas devemos buscar as ideias nos partidos. Acho isso importante. Porque esta é uma Comissão que não representa o plenário. E, se ela não representar os partidos que têm assento nesta Comissão,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edinho, V.Exa. poderia assumir a presidência dos trabalhos por alguns minutos?

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Enquanto isso, Presidente, aproveitando a sugestão que o Deputado Edinho reforça, eu dizia ao Deputado Alceu Moreira que estou pedindo aos partidos que se reúnam — não a bancada inteira, porque, às vezes, é muito melhor reunir o grupo que está discutindo mais o tema da reforma política e mais alguns membros —, e que o Relator possa participar dessas reuniões com cada um dos partidos. É evidente que eu tenho um esboço de tudo o que já ouvi. Imagino que é o que pode nos levar para o próximo passo e estabelecer maiorias que possam ser votadas.

As reuniões com cada partido vão ajudar muito na preparação desse terreno.

E eu concordo, Deputado Efraim, em um dado momento, quando o Presidente assim determinar, em apresentar um relatório preliminar. O Relator é para isto: para eventualmente sofrer com toda a tranquilidade o desgaste de ser criticado por um ou outro companheiro, de ser defendido por outro e ouvir a sugestão de melhorar, aperfeiçoar, porque, quando chegarmos com o relatório preliminar, não o faremos com a visão de que ali está a verdade. Ao contrário, é



aquilo que aferimos até então e que parece ser maioria, mas que poderá ser corrigido e aperfeiçoado pela participação dos nossos companheiros de Comissão e, depois, do Plenário.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Deputado Fontana, apenas para fazer uma observação em relação ao que disseram os Deputados Edinho Araújo e Efraim Filho, acrescento que acredito que, obviamente, devemos ter um horizonte para afunilar o debate. Agora, seria muito ruim se trabalhássemos com a ansiedade de produzir a reforma para a eleição municipal de 2012. Acho pouco realista, na minha opinião. Se conseguirmos, ótimo. Mas não devemos trabalhar com essa ansiedade, porque o prazo limite é 30 de setembro. Portanto, teríamos mais alguns poucos meses para concluir um processo que está sendo saudável nesta Comissão.

Este debate que estamos fazendo aqui hoje, embora esvaziada a reunião, na minha opinião, é um dos melhores debates que fizemos até agora. Ele permite que comecemos a aprofundar alguns entendimentos.

A bancada do PT tem feito reuniões bilaterais, convidando outros partidos, um a cada semana, para trocar ideias, sem compromisso, e cada um avalia a natureza do encontro. Acho que isso vai constituir um clima entre nós em que ficará mais fácil cada um abrir mão das concepções partidárias, ainda que parcialmente, ou das ideias pessoais, para tentar fazer um esforço de construir uma proposta factível, dentro daquilo que foi dito, ou seja, todos queremos uma evolução. Existe um sentimento de que não é possível, mais uma vez, frustrar o desejo de uma reforma política, e todos nós queremos um sistema que seja mais politizador, representativo e o mais imune possível à influência do poder econômico.

Portanto, vamos trabalhar com um horizonte de fazer o mais rápido possível, dentro do prazo que nos foi dado, mas sem a ansiedade, na minha opinião, de aprovar para as eleições de 2012. Se conseguirmos, ótimo. Mas, se trabalharmos com esse limite, poderemos frustrar e, mais uma vez, prematuramente, ficar consignada a ideia de que não se produziu uma proposta capaz de atender esses objetivos. Até porque o Senado está votando teses. Não votou até agora nenhum texto. E, ao votar teses, vai ter de produzir um texto e, depois, submetê-lo ao processo regimental da Casa, que o Deputado Almeida Lima, ex-Senador, conhece tão bem.



Portanto, vamos ter de num dado momento fazer o que já fizemos, procurar novamente o Senado para tentar organizar os dois debates para que Câmara e Senado possam ter, senão a mesma proposta, propostas que possam produzir um resultado dentro de uma combinação entre a dinâmica regimental de cada Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Valtenir Pereira, o Deputado Efraim Filho e, logo depois, o Deputado Edinho fizeram observações não de conteúdo, mas de forma, e é preciso mais uma vez eu dar aqui um esclarecimento. Aliás até já fiz hoje um esclarecimento nesse sentido. Hoje, na reunião do partido, perguntaram-me a respeito do andamento, e eu usei a seguinte expressão: "O trem saiu da estação no dia 2 de março e está andando, está nos trilhos, não descarrilou. E ele não pode sair fora dos trilhos". Na minha opinião pessoal, ele está nos trilhos. Se tivesse escolhido comparar com um barco, diria que ele não está à deriva.

Quando o Deputado Berzoini fala em açodamento ou em se criar uma expectativa que possa não ser correspondida, é pior. Mas, mesmo assim, devo dizer o seguinte: temos aí uma deliberação e uma programação. Se buscarmos do Relator algo parcial em razão do que já foi discutido e submeter a uma avaliação, a uma deliberação — e já disse isso em outra sessão —, estaremos cometendo o equívoco de cumprir a agenda de debates já designada, inclusive com um na Paraíba, requerido por V.Exa., com uma deliberação anterior. Como podemos deliberar antes e consultar a sociedade depois? É preciso, se houver necessidade, chamar o feito à ordem e mudar os procedimentos.

Eu já disse hoje aqui e repito: se a maioria decidir dessa forma, eu acatarei, eu não tenho por que não acatar. Afinal de contas, tenho de obedecer a Constituição, a lei, o Regimento e a decisão da maioria. Mas aí seria colocar o barco à deriva. *"Presidente, como o senhor está deliberando e vem aqui consultar o povo? Que papelão é esse para com a sociedade?"*. Então, isso não é correto. No entanto, devo dizer que compreendo o estresse, a preocupação, porque estamos nós, o Congresso, desde anos anteriores, devendo à sociedade uma reforma política. E há esta preocupação: *"desta vez sai", "desta vez não sai", "desta vez o garoto vai passar no vestibular ou não vai?"*. Claro que isso cria uma apreensão. Mas devo



dizer que o nosso cronograma nos dará condições de, até antes do início do recesso, estarmos com a proposta pronta.

Como disse agora há pouco, teremos audiências nos Estados a partir do dia 29 de abril, e duas sessões regionais por semana, na sexta e na segunda. Eu estou disposto a fazer — e farei. Já comuniquei em casa que vou viajar na sexta e na segunda, na sexta e na segunda. Vou na segunda e volto na terça pela manhã; na quinta-feira à noite, viajo novamente. Na sexta-feira, estarei numa cidade; na segunda-feira, em outra; não tem nenhum problema. Isso em todo o mês de maio.

Teremos ainda, depois de encerrado esse processo de debate, 45 dias para o recesso, o tempo que o Senado teve para discutir, se é que discutiu, e deliberar. Teremos 45 dias para que o Relator possa organizar as matérias, discutirmos o relatório e votarmos. Ou seja, entregaremos, quando retornarmos, 15 dias depois, no mês de agosto. Se o Presidente da Casa der competência a esta Comissão, se lhe der o caráter de Comissão Especial para analisar inclusive as PECs, a matéria já vai ao Plenário; caso contrário, passará pela CCJ...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E vamos fazer um ofício nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, nesse sentido, com esse objetivo. Caso contrário, vai para a CCJ no início do mês de agosto.

Então, haverá todo o mês de agosto e todo o mês de setembro, 60 dias, para o plenário, mas depois de rodarmos o País... Enfim, acho que está tudo nos trilhos, não está nada fora de lugar.

Não devemos deliberar antes de debater com a sociedade. Eu acho que isso é ilógico, sem a preocupação de que estamos dentro do prazo. Está tudo correndo direitinho, porque essas reuniões nos Estados são sem prejuízo das nossas reuniões das terças-feiras, que são para debate como esta aqui, e das reuniões das quintas-feiras, que são as audiências públicas.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, quem lhe pediu deliberação? V.Exa. está explicando para quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sinto que há uma...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Permita-me, Sr. Presidente, só para...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, eu posso estar equivocado, mas eu já ouvi hoje aqui, e tenho ouvido, sobretudo, frases como “*olha, o Senado está decidindo*”, “*o Senado está deliberando*” e tal...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, permita-me, apenas para ficar bem claro: eu não pedi e não solicitei deliberação. A minha solicitação se deu porque, com 60 dias, já discutimos sistema eleitoral, estamos em financiamento público de campanha e vamos passar, até o final do mês, pelos principais eixos.

O que entendo que pode ser discutido é um relatório parcial, sem deliberação da Casa, para que pudéssemos começar a discutir, de forma concreta, os textos que estão colocados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nada a objetar.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O meu temor é o de começarmos a ficar simplesmente no abstrato, porque, aí, começamos a sair do eixo. E, para que, no futuro, quando formos deliberar, não o façamos por pontos específicos, porque senão acontecem as anomalias que estão ocorrendo no Senado. Como eu disse, lá aprovaram financiamento público de campanha e candidaturas avulsas, visto que cada ponto é uma preferência que determinada bancada expõe.

Então, o que entendo que pode ser feito, uma vez que no dia 2 de maio, por exemplo, completamos 60 dias, é, de repente, a partir daí, quando o Relator entender que está pronto — e se entender que só está pronto no final de junho, às vésperas do recesso, tudo bem — apresentar um texto, para fazer este debate ainda mais produtivo do que está sendo e deliberarmos sobre propostas prontas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Final de junho, não. Nós terminaremos o debate em maio.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O debate. A proposta do Relator, para ser apresentada, levará...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nada! É evidente que ao longo do debate — é assim que imagino — S.Exa. está elaborando todo um raciocínio.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se entendermos, por maioria, que queremos uma proposta preliminar em meados de maio, por exemplo, não tem nenhum problema para o Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Também acho. Está acompanhando e...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito, Sr. Presidente. Porque se encerrarmos os debates...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós é que vamos determinar, coordenados pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ou se desejar, digamos assim, encerrado o debate no final de maio, 2, 3 dias depois, eu tenho certeza absoluta que já terá isso construído, porque já o está fazendo no dia a dia.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Vamos avançar. A minha convicção é quanto a anteciparmos a questão concreta sem deliberação. Até o debate com a sociedade ficará muito mais produtivo.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e cumprimento todos os pares. Estamos observando os debates no Senado Federal e aqui nesta Casa, e eu gostaria de deixar registrada uma sugestão que reputo extremamente valiosa.

Hoje, por exemplo, temos a maldição do quociente eleitoral, que faz com que tenhamos de fazer coligações para poder conseguir uma vaga, principalmente se for a primeira. Então, minha sugestão é excluir o cociente eleitoral. Fala-se em acabar com as coligações, mas eu não vejo necessidade disso. Tirando o cociente eleitoral... Vou dar um exemplo muito claro: um Estado com 1,6 milhão de eleitores que foram às urnas, tem 8 vagas, 200 mil votos. É assim o sistema hoje. Com 200 mil votos, eu alcanço uma vaga. Vemos o partido "A" que teve 240 mil votos, o partido "B", 230 mil; o partido "C", 220 mil; o partido "D", 210 mil; o partido "E", 190 mil votos; o partido "F", 180 mil; o partido "G", 170 mil, e o partido "H", 160 mil votos. Somando tudo isso, o resultado de 1,6 milhão de votos.

No atual sistema, o partido "A" faz uma vaga e tem uma sobra de 40 mil votos; o partido "B" faz uma vaga, com 200 mil, e sobram 30 mil votos, o partido "C" faz uma vaga e sobram 20 mil votos, o partido "D" faz uma vaga e sobram 10 mil votos; os outros quatro partidos, o "E", que teve 190 mil votos, com o sistema atual, está fora, está riscado do mapa. O partido "F" está riscado do mapa também, porque fez 180 mil votos; o partido "G", com 170 mil votos, perde a vaga, o partido



“H”, com 160 mil vagas também fica fora. Então vejamos: com 40 mil votos, eu ganho a vaga de quem teve 190 mil votos; com 30 mil votos, eu ganho a vaga de quem teve 180 mil votos; com 20 mil votos de sobra, eu ganho a vaga de quem teve 170 mil votos, e com 10 mil votos eu ganho a vaga de quem teve 160 mil votos.

Estou falando do sistema proporcional, considerando que o partido “A” tenha lançado 10 candidatos; o partido “B”, nove; o partido “C”, oito; o partido “D”, sete; o partido “E” e todos os demais que ficaram abaixo dos 200 mil votos, cinco candidatos cada um. Então, hoje, temos esse sistema perverso, que tem o quociente eleitoral como cláusula excludente. Precisamos excluir isso, e assim fortalecer... Então, eu posso pensar assim: eu, por exemplo, fui eleito numa coligação que teve 210 mil votos, e o quociente eleitoral foi de 190 mil. O PSB teve 106 mil votos, teve de fazer coligação. De repente, nem precisaria fazer coligação, eu ia fortalecer a minha chapa de Deputado Federal, porque a idéia é a seguinte: eu carrego em mim, vou para uma coligação para ficar entre os três maiores da coligação. Acabou que nós elegemos só um, e esse um fui eu, porque tive 101 mil 907 votos. Mas aí eu passaria a organizar o partido para poder enfrentar. Eu não estou preocupado com 200 mil votos. Se eu atingir 200 mil votos, é claro, tenho uma vaga garantida, mas se eu tiver 190 mil, também não preciso me preocupar, porque eu fiquei bem próximo e, em uma sobra, posso conquistar essa vaga. Então, vou organizar uma chapa de Deputados Federais de forma regionalizada, vou lançar 10 candidatos para fazer os 200 mil votos. Calculo que, se são oito vagas, o partido pode alcançar uma. Então eu vou organizar a minha chapa dessa forma. É claro que, se eu quiser coligar, coligo, mas define-se que a vaga é do partido. Quem quiser coligar, coliga, é um risco que existe. Então, coligam-se dois partidos e conseguem 190 mil votos conseguiram uma vaga na sobra. Tudo bem. Essa vaga é do partido que teve o candidato com maior número de votos. O segundo suplente, se for de outro partido, paciência, é o risco da coligação. Não precisamos abolir a coligação. Nós temos é que abolir o quociente eleitoral e colocar como vaga do partido.

Quero também deixar uma contribuição fundamental. Essa semana, em meu Estado, houve uma decisão sobre contratação de cabos eleitorais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Valtenir, peço a V.Exa. que abrevie o seu pronunciamento porque já foi iniciada a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Esta semana o TRE cassou, por 4 a 3 — vejam que foi uma decisão bem equilibrada, com voto de Minerva —, o mandato de um prefeito eleito em 2008. Qual foi a alegação? Ele contratou 10% do eleitorado como cabo eleitoral. É legalizado, está lá: 10%. A lei permite, mas é imoral.

Acabou sendo derrotado por 4 a 3 e tendo o mandato cassado. Pode ser que ele consiga reverter a decisão no Tribunal Superior Eleitoral. Então, quanto à contratação de cabo eleitoral, ou a abolimos ou delegamos para a Justiça Eleitoral definir o quantitativo.

Para exemplificar, cito caso ocorrido no ano 2008, no Município de Campo Verde. A Justiça chamou os candidatos, eles sentaram e resolveram. A Justiça resolveu autorizar 10 cabos eleitorais por candidato à eleição majoritária. Dez cabos eleitorais para a coligação. Eram dois candidatos e 20 cabos eleitorais, então cada um contratou 10. Decidiu a Justiça: “Se vocês querem cabo eleitoral para distribuir santinhos, para ficar com vocês e apoiá-los na hora em que vão para a rua, para a feira, por exemplo, pedir voto, fazer arrastão, ótimo, então são 10 cabos eleitorais para cada candidatura”. Isso não vai influenciar no resultado da eleição.

O Município onde 10% do eleitorado era cabo eleitoral é pequeno. Na época, não havia legislação sobre isso. Mas nós aprovamos e temos de corrigir esse erro. Foi em 2009, durante a minirreforma. Aprovamos a contratação de cabos eleitorais de modo formal. Achávamos que essa lei ia atender nossas necessidades, mas acabou gerando distorções.

Quanto ao financiamento público de campanha, em outro momento, justificamos.

E, para finalizar, Sr. Presidente, Sr. Relator, temos de aprovar o orçamento impositivo para as emendas parlamentares. Isso também é fundamental para obras estruturantes. Sei que esse não é tema da reforma, mas ajuda muito esta Casa. É interessante, porque vamos fazer pequenas mudanças com grandes impactos positivos. Esta é a minha impressão.



Agradeço a todos.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. fez um cronograma. Quem sabe não seria interessante aprová-lo numa das próximas reuniões. V.Exa., com quem eu concordo plenamente, destacou que após as audiências nos Estados, o Relator, o Deputado Henrique Fontana, poderia apresentar uma proposta preliminar do parecer. Falou também da possibilidade de concluirmos, antes do recesso, os trabalhos desta Comissão. Quem sabe nós poderíamos adotar esse cronograma para orientar a Comissão? V.Exa. tem a minha concordância plena nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E veja V.Exa. que nós ainda teríamos 60 dias para isso, mesmo sem trabalhar no recesso. Todo o mês de agosto e todo o mês de setembro. Perdão, teríamos todo o mês de agosto porque o prazo se encerraria no início de setembro.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Não sei se poderíamos utilizar esse cronograma como orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas é claro. Nós conversamos sobre isso nas reuniões administrativas com os representantes partidários e chegamos a essa fórmula, a esse entendimento, e vimos que seria possível.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Perfeitamente, V.Exa. tem a minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, nobre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o próximo dia 14 de abril, às 9h30min, neste plenário, com a pauta de audiência pública, na qual teremos presente o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski. Portanto, na próxima quinta-feira, às 9h30min, haverá sessão neste plenário com o Ministro Ricardo Lewandowski.

Está encerrada a presente reunião.